



ADverso

Adverso, Porto Alegre, n.229, nov/dez. 2017



QUE VENHA 2018!

Ufrgs | Ufrgs Litoral Norte | Ufcsa | Ufcsa Canoas | IFRS Porto Alegre
IFRS Restinga | IFRS Alvorada | IFRS Bento Gonçalves | IFRS Canoas
IFRS Caxias do Sul | IFRS Osório | IFRS Viamão | IFRS Farroupilha
IFRS Feliz | IFSul Charqueadas | IFSul Sapucaia do Sul

Presidente

Paulo Machado Mors

Vice-presidente

Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira

1º Secretário

Ricardo Francalacci Savaris

2º Secretário e Diretor Social e Cultural

Newton Luis Garcia Carneiro

1º Primeiro Tesoureiro

Vanderlei Carraro

2º Tesoureiro e Diretor de Assuntos Jurídicos

Pedro Alves d'Azevedo

Diretora de Assuntos da Carreira do Magistério Superior

Luciana Boose Pinheiro (Licenciada)

Diretor de Assuntos da Carreira do EBTT

Eduardo de Oliveira da Silva

Diretora de Comunicação

Lúcia Couto Terra

Diretor de Assuntos de Aposentadoria e Previdência

Jairo Alfredo Genz Bolter

Diretor de Relações Sindicais

Eduardo Rolim de Oliveira

Rua Barão do Amazonas, 1581 - Porto Alegre | RS

CEP 90670-005 - Fone|Fax: (51) 3228.1188

secretaria@adufrgs.org.br

www.adufrgs.org.br

ADverso

Adverso, Porto Alegre, nº 229, nov./dez. 2017

Tiragem: 3.600 exemplares

Impresso na Ideograf

Editora: Zaira Machado

Reportagens: Araldo Neto e Daiani Cerezer

Revisão: Taís Vicari

Diagramação e Arte-final: Leonardo Guterres e Tilber
Guglielmi

Produção:



VERDEPERTO
(51) 3228 8369

Índice

Entrevista

Nilton Ferreira Brandão

Conheça quem é o novo presidente
do PROIFES-Federação e seus objetivos
no comando da entidade

06

Retrospectiva

**2017: O ano em que
vivemos em perigo**

Saiba tudo o que aconteceu no
ano em que o trabalhador sofreu
diversos tipo de ataque



12

AgURB

Desafios do campo à mesa

Importante evento mundial da área da alimentação
acontece em setembro na UFRGS

36

Vida no Campus

**Saúde dos servidores é beneficiada
através do projeto Elsa**

Pesquisa servirá de base para formulação de
políticas públicas de prevenção de doenças

38

Artigo

A economia que funciona

Economista Ladislau Dowbor critica
sistema capitalista

46

Parque Torotoro

Onde a emoção não se acaba

Pesquisadores brasileiros buscam
transformar Torotoro no primeiro
geoparque andino



51



paz
AMOR
SAÚDE
FELICIDADE
conquistas

SÃO OS VOTOS
DA ADUFRGS-SINDICAL
PARA O ANO DE 2018



ADufrgs
sindical

Vida longa à ADUFRGS!

Inicia-se o ano em que a Adufrgs completa quarenta anos. Muito se falará disso, nos próximos meses. A cada evento, a cada ação, a cada participação, faremos questão de lembrar que estamos de aniversário, e o quanto do respeito hoje tributado à categoria se deve à Associação criada em 17 de junho de 1978. Dez anos depois saiu o primeiro número da ADverso, esta publicação que veio para aprimorar a comunicação entre os colegas. Agora, trintona, nossa revista passará por uma repaginação: suas páginas serão colocadas na nuvem. A partir de março estaremos inaugurando uma nova estrutura de comunicação, com um portal web a partir do qual serão acessados os diversos dispositivos de contato com o associado e com o público externo. Será através desse portal que o leitor receberá a ADverso eletrônica. Planejamos apenas uma edição impressa, a cada final de ano.

Este número começa apresentando a nova direção de nossa Federação, o Proifes. Seu novo presidente, o companheiro Brandão, delineia em entrevista as conquistas obtidas e os desafios a serem enfrentados de imediato. Sua fala torna evidente a natureza de uma federação de sindicatos, e a importância de sermos a ela federados.

Em seguida, visitamos os principais temas por nós tratados em 2017. Uma passada em

diagonal pode dar a impressão de que o fim do mundo está próximo. Nada disso. Uma leitura atenta deixará claro ao leitor o tamanho do desafio que temos pela frente, mas já ficou demonstrado que estamos preparados para a luta na defesa da recuperação de um Estado Social que priorize a educação, a pesquisa científica e a inovação, a igualdade de oportunidades. Entendemos que, para administrar esse tipo de Estado, não se pode prescindir de um governo constituído por agentes íntegros.

Três artigos apresentam exemplos de iniciativas do retorno que a atividade acadêmica pode dar à Sociedade que nos sustenta. Em setembro próximo a Ufrgs sediará a Terceira Conferência Internacional Agricultura e Alimentação em uma Sociedade Urbanizada, em que se debaterão formas de tratar os reflexos da crescente urbanização sobre a agricultura, a distribuição e a alimentação das pessoas. Em outra colaboração internacional, professores do Departamento de Paleontologia e Estratigrafia do Instituto de Geociências da Ufrgs participam de um projeto de grande importância científica, tecnológica e cultural, em um dos mais complexos geoparques do mundo, na cidade boliviana de Potosí, a segunda cidade mais alta do pla-

neta. Outra iniciativa notável, da qual a Ufrgs participa, é o estudo de saúde do adulto brasileiro, trabalho de pesquisa desenvolvido nacionalmente, visando investigar a incidência e os fatores de risco para doenças crônicas como as cardiovasculares e o diabetes. Esperemos que cortes orçamentários não venham a prejudicar iniciativas como essas, como alertou o reitor Rui Oppermann.

Na manhã do dia 10 de novembro passado - Dia Nacional de Mobilizações contra as reformas do governo Temer - a Adufrgs participou de um debate, na Assembleia Legislativa, com o economista Ladislau Dowbor, que deixou claro que existe modelo econômico humano e justo, e que não é este que no presente nos está sendo imposto. Leia o texto desse autor, e veja que um mundo melhor é possível.

ADUFRGS-Sindical, o seu sindicato

ADUFRGS-Sindical lança selo dos 40 anos

Em 2018, a ADUFRGS-Sindical completa 40 anos de atuação em defesa dos professores federais de ensino superior do Rio Grande do Sul. Para marcar o histórico ano, o sindicato lançou um selo comemorativo que estará presente em todas as campanhas e materiais produzidos pela ADUFRGS. Fundada em 1978, como Associação de Docentes da UFRGS, a entidade surgiu em meio à luta pela democratização do País e da Universidade. Três décadas depois, em 2008, a ADUFRGS foi transformada em Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre e passa a atender docentes da UFRGS, da UFCSPA, do IFRS/Porto Alegre e do IFRS/Restinga. Em 2011, recebe o Registro Sindical do Ministério do Trabalho e Emprego, passando a ser a representante legítima e legal dos professores dessas instituições. Em 2016, a base sindical novamente é ampliada, desta vez para 11 municípios, além de Porto Alegre. Em 2018, quando completa 40 anos, a ADUFRGS tem o desafio de seguir cada vez mais forte e combativa na defesa dos direitos dos docentes e por uma educação pública de qualidade no Brasil.



Nilton Brandão

Novo presidente do PROIFES-Federação

“A ELEIÇÃO DO NOVO PARLAMENTO PODE SER MAIS IMPORTANTE DO QUE A ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA”

Por Daiani Cerezer

Nilton Brandão tem uma longa história de luta e dedicação às causas populares. Foi professor da rede estadual de ensino por 14 anos. É mestre em Educação, filósofo e matemático. Servidor da Universidade Federal do Paraná, com atuação na Escola Técnica da Universidade, assumiu a Carreira Federal do Ensino Básico Técnico e Tecnológico em 2010. Ex-seminarista, começou sua militância trabalhando com a juventude, foi líder comunitário e, no movimento estudantil, fez parte da diretoria do Centro Acadêmico de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), presidiu o Centro Acadêmico de Matemática da UFPR e coordenou o Diretório Central dos Estudantes.

No sindicalismo, Brandão se destacou na luta em defesa das categorias que representou. Foi Diretor da Federação das Associações e Sindicatos das Universi-

dades Brasileiras (FASUBRA), do Sindicato dos servidores da UFPR e, na rede estadual, participou da diretoria do Núcleo Sindical de Curitiba e Região Metropolitana do Sindicato dos Professores Estaduais (APP Sindical).

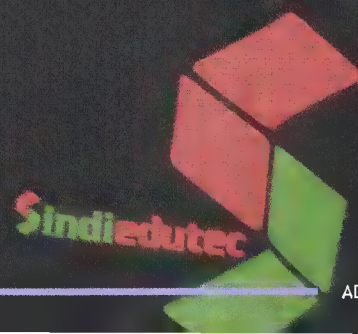
Quando assumiu o cargo na carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, na condição de chefe de Gabinete da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, participou da criação do Instituto Federal. Articulou a criação do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica Técnica e Tecnológica do Paraná (SINDIEDUTEC-Sindicato), do qual foi responsável pela Diretoria Provisória e, depois, presidente por dois mandatos.

Diretor Nacional do PROIFES-Federação, participou de todas as mesas de negociações a partir de 2010, contribu-

indo com importantes conquistas obtidas pelos professores. No caso específico do EBTT, Brandão destaca a criação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os professores, o fim da exigência do Estágio probatório para mudança de regime e a equiparação da carreira do EBTT com a Carreira do Magistério Superior. A conquista da Carta Sindical garantiu a representação única do SINDIEDUTEC-Sindicato para todos os servidores do IFPR e do Colégio Militar de Curitiba, excluindo todos os demais sindicalizados no Paraná. No plano estadual, o dirigente aponta a luta incansável contra o assédio moral, o cartão ponto para professores, pela democratização do IFPR e contra as intervenções que atentam contra o direito da comunidade acadêmica para escolher seus dirigentes, além da defesa das 30 horas para os técnico-administrativos.



Araldo Neto





Adverso - Quais ações a sua gestão pretende implementar para expandir o número de sindicatos filiados ao PROIFES-Federação?

Nilton Brandão - O primeiro desafio é ter sindicatos fortes, coesos. O PROIFES inova na organização sindical e seus Sindicatos precisam viver o "espírito de Federação". Vivemos uma construção coletiva rica de sucessos. Com sindicatos fortes, a expansão é um desafio permanente. Embora com uma história relativamente jovem, as principais (grandes!) vitórias dos professores das Universidades e dos Institutos Federais nos últimos anos têm as digitais do PROIFES. Quem está no PROIFES, além de diversas entidades que participam das nossas atividades, mesmo não sendo filiadas formalmente, sabe que vale a pena fazer a política do PROIFES. Isto significa que o nosso desafio é conseguir chegar às muitas universidades que estão carentes de representação sindical responsável e moderna. Nosso principal desafio é conseguir lideranças sonhadoras, mas que tenham os pés firmes no chão para organizar o PROIFES em cada universidade e em cada Instituto Federal espalhados pelo País.

Adverso - O combate à Reforma da Previdência surge como a primeira frente de luta

da sua gestão. É possível barrar mais esse retrocesso contra o trabalhador brasileiro?

Nilton Brandão - O governo não desistiu de votar a reforma este ano porque quis. Apesar das dificuldades de mobilização, a sociedade está percebendo que o ataque aos servidores públicos é um disfarce mal feito para encobrir a precarização do serviço público. O presidente do golpe e a maioria golpista no Congresso Nacional venderam para o "mercado" - eufemismo para banqueiros e rentistas - e precisa entregar o produto. Somente uma forte reação da sociedade evitará isto. As Centrais Sindicais combativas estão focadas na mobilização dos trabalhadores. As organizações dos servidores públicos estão conseguindo mostrar a mentira dos golpistas: os verdadeiros parasitas do serviço público não serão atingidos, não há mais paridade e integralidade desde 2004 e a partir de 2013 todos os servidores do executivo - os atuais e os que serão contratados para substituir os que se aposentarem ou morrerem - já têm a aposentadoria exatamente como a aposentadoria da iniciativa privada. Portanto, em um conluio com o seletto clube da mídia brasileira, os golpistas mentem descaradamente para a sociedade. Outras organizações sociais estão mobilizando as massas populares: Frente Brasil

Popular, a Frente Povo sem Medo, os estudantes nas suas diversas formas de organização etc. O PROIFES não tem medido esforço nesta luta: no último mês de novembro fizemos plantão dois ou três dias por semana em Brasília, visitamos todos os gabinetes, todas as bancadas e mostramos para os parlamentares que "quem votar, não vai voltar". Esta proposta não é uma reforma: é uma forma de fazer o trabalhador morrer trabalhando, principalmente os mais pobres, o homem do campo e, acima de tudo, um ataque sem precedentes às mulheres deste país. Por tudo isto, é possível sim, barrar esta reforma e os Sindicatos do PROIFES estarão na linha de frente da organização da resistência contra mais esta malvadeza dos golpistas.

Adverso - Recentemente, a mesma pauta foi votada no parlamento argentino. Lá, a reação popular foi muito mais forte e contundente do que foi observado nos últimos anos no Brasil. O senhor acredita que com uma forte pressão popular a Reforma da Previdência possa ser reprovada pelos deputados?

Nilton Brandão - São duas lições: a primeira a consciência e a capacidade dos argentinos de não se calarem. Falam em "baderna", mas querem que o povo morra sem lutar. Os argen-

tinis não se intimidaram. As imagens mostram muitos idosos, homens e mulheres, feridos pelo aparelho repressor do Estado. A segunda lição precisa reforçar nossa luta aqui: eles venderam o Brasil e vão querer entregar a qualquer preço. Não importa se velhos e jovens são feridos, não importa que pessoas morram: o golpe precisa ser sustentado. Não podemos esquecer que, por muito menos, o exército foi convocado (por ocasião do Ocupa Brasília, em maio) para "proteger Brasília". Não vejo ainda uma mobilização forte em nosso País. Mas não tenho dúvida: a maioria dos parlamentares atuais se vendeu para o golpe, mas recuarão se tivermos uma manifestação parecida com a que aconteceu na Argentina.

Adverso - A reforma trabalhista, além de extinguir direitos históricos dos trabalhadores, terá como consequência inevitável o enfraquecimento dos sindicatos. O que é preciso fazer diante deste novo cenário?

Nilton Brandão - De forma indireta os Sindicatos serão também vítimas da reforma trabalhista. Mas é importante dizer que nossos Sindicatos foram forjados na luta nas universidades e sem imposto Sindical. Os Sindicatos do PROIFES Federação não têm liberações exclusivas (liberados) para a militância sindical: além de suas atividades acadêmicas – ensino, pesquisas, projetos de extensão – dão conta da organização e representação dos professores. Portanto, a reforma



“O PROIFES Federação também retomará o corpo-a-corpo em Brasília, nos Estados e nos municípios, onde isto for possível. Não podemos e não devemos dar trégua a estes deputados: eles precisam entender que esta proposta (Reforma da Previdência) é contra o povo e a população vai mandá-los de volta para casa (nas eleições)”

só dificultará um pouco mais o que já é bem difícil!

Não podemos esquecer que o ataque é generalizado: de forma grotesca as universidades são atacadas, prisões preventivas geram delações premiadas. E a reforma trabalhista é uma visão antecipada do que será o Brasil se o povo não conseguir revogar

a EC 95: seremos um povo sem direitos, miserável, a serviço de uma elite parasitária. Um povo sem educação, sem moradia e sem saúde. Nos últimos 15 anos saímos do mapa da fome e nos próximos cinco anos voltaremos para ele. Só que agora piores, porque o Estado, que deveria ser o indutor da igualdade, será o promotor e defensor dos ricos e donos do poder.

Neste quadro de terra arrasada, as ações são múltiplas: a academia é o lócus por excelência da crítica e os professores saberão cumprir esta tarefa. Para isto, precisaremos vencer a ideologia partidária do movimento "Escola sem Partido", que tenta colocar uma mordenga na precípua função de professor: ensinar com crítica e fazer da crítica um instrumento a serviço do ensino. Embora aprovada, a aplicação da reforma trabalhista não será de fácil implementação: nossas assessorias jurídicas, junto com as Centrais Sindicais saberão resgatar alguns dos direitos roubados.

Denunciar os golpistas sem trégua, inclusive nos organismos internacionais. Chamar e participar das mobilizações em todos os níveis. Continuar a pressão sobre os deputados da base do governo em Brasília - no retorno das atividades parlamentares o PROIFES também retomará o corpo-a-corpo em Brasília - nos Estados e nos municípios onde isto for possível. Não podemos e não devemos dar trégua a estes deputados: eles precisam entender que esta proposta é contra o povo e a população vai mandá-los de volta para casa.

Adverso - Nos governos Lula e Dilma, o PROIFES obteve acordos históricos para a categoria. No entanto, no governo Temer, a situação mudou drasticamente, inclusive com o servidor sendo alvo de muitos ataques. O senhor acredita na possibilidade de negociação com este governo?

Nilton Brandão - O PROIFES representa os professores e em nome deles buscará seus direitos, independente de qual será o governo de plantão. Viemos para fazer a diferença e os professores podem ter certeza que cobraremos isto, apresentaremos as propostas para recuperar seus direitos. Cobraremos e exigiremos o cumprimento do Acordo assinado com o Governo. Governo que se preza não pode ser caloteiro. Mas, infelizmente, sou pessimista: lá se vai um ano e não temos qualquer iniciativa do governo e todas as nossas tentativas foram ignoradas.

Este governo é signatário de um golpe civil parlamentar, com respaldo do judiciário brasileiro. O ataque a garantias individuais mínimas é praticado com descaramento. Com o mantra de combate à corrupção, os corruptos estão sendo protegidos (a votação para investigar Temer é o maior exemplo) e lideranças populares, professores, reitores, por exemplo, veem suas honras sendo jogadas na lama. E o golpe foi dado para tirar dinheiro das áreas sociais e entregar para os especuladores. O orçamento para 2018 trás cortes drásticos para todas as áreas sociais.

Adverso - As eleições irão dominar o cenário político em 2018. Como o senhor avalia as candidaturas que se apresentam e o que pode representar para o serviço público?

Nilton Brandão - Não há novidade nas candidaturas que se apresentam. Os partidos do golpe não têm nomes viáveis e tentarão eleger qualquer um deles. Eles precisam consolidar o golpe e é isto que tentarão. Não acredito que fabricarão algum ator global de última hora, embora para estes vendilhões qualquer ventríloquo sirva. Tentam de qualquer forma inviabilizar uma candidatura viável das esquerdas e com a adesão militante do judiciário há grande chance de conseguirem isto.

O desafio é claro: os golpistas, com o apoio do poder econômico e midiático, em especial da Rede Globo, terão um candidato e as esquerdas terão o desafio de construir uma unidade para derrotá-los. Mas não podemos ficar reféns deste debate de cúpula: a eleição do novo parlamento pode ser mais importante do que a eleição do presidente da República. Primeiro, devemos denunciar os parlamentares atuais que atuam contra o povo. Esta é sim, nossa tarefa, porque o povo pode – e está – ser enganado. Está claro que o golpe só foi possível porque a maioria dos parlamentares é oriunda – e muitos foram comprados – das classes abastadas, representantes de empreiteiras, do mercado financeiro, do agronegócio, da bancada da

bala, da grande indústria que vive de benesses do governo. Então, só há um caminho para reverter este quadro: mandar para casa estes laráprios e oportunistas e colocar em seu lugar verdadeiros representantes do povo. ■



“Ressalto que a Federação tem sindicatos fortes e nomes importantes que poderiam ser seu presidente. A conjuntura atual e a compreensão de que o importante é um trabalho de equipe onde o objetivo comum é o fortalecimento da Federação. Aceitei o desafio de coordenar os trabalhos neste próximo período. Portanto, a minha motivação é continuar contribuindo com a Federação, fortalecê-la, fazê-la crescer. E garantir para os professores das Universidades e Institutos Federais que o PROIFES-Federação é um referencial moderno de luta, um compromisso firme na defesa dos seus interesses e espaço democrático para a construção de propostas que expressem a compreensão e os interesses do conjunto dos trabalhadores.”

CONHEÇA A NOVA DIREÇÃO DO PROIFES FEDERAÇÃO

A nova composição do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal do PROIFES-Federação foi empossada no dia 16 de dezembro, junto com a eleição da nova Diretoria Executiva para o triênio 2018-2020, na sede da entidade, em Brasília. Confira os nomes.

Diretoria executiva:

Nilton Ferreira Brandão (SINDIEDUTEC) - Presidente e diretor de Assuntos Jurídicos

Luciene da Cruz Fernandes (APUB-Sindicato) - Vice-presidente

Gil Vicente Reis de Figueiredo (ADUFSCar-Sindicato) - Secretário e diretor de Políticas Educacionais

Maria do Socorro da Costa Coelho (SindProifex-PA) - 2ª secretária

Flávio Alves da Silva (ADUFG-Sindicato) - Tesoureiro e diretor de Assuntos Educacionais do Magistério Superior

Eduardo Rolim de Oliveira - 2º tesoureiro e diretor de Relações Internacionais

Valdemir Alves Junior (SindProifex) - Diretor de Assuntos Sindicais

Humberto José Lourenção (ADAFa) - Diretor de Assuntos Educacionais das Escolas Militares

Ítalo Domingos Santirocchi (SindUFMA) - Diretor de Aposentadoria e Previdência

Gilka Silva Pimentel (ADURN-Sindicato) - Diretora de comunicação e Diretor de Assuntos Educacionais do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Conselho Fiscal (titulares e suplentes):

Abraão Garcia Gomes (ADUFG-Sindicato)

Auristela Felix de Oliveira Teodoro (APUB-Sindicato)

Ciro Bachtold (SINDIEDUTEC)

Dimas dos Reis Ribeiro (SIND-UFMA)

Guilherme Augusto Spiegel Gualazzi (ADAFa)

Luam Oliveira Santos (SIND-PROIFES)

Maria Angela Fernandes Ferreira (ADURN-Sindicato)

Paulo Artur Konzen Xavier de Mello Silva (ADUFRGS-Sindical)

Renato José de Moura (ADUFSCar-Sindicato)

Conselho Deliberativo:

Alexsandro Galeno Araújo Dantas (ADURN-Sindicato)

Amarílio Ferreira Junior (ADUFSCar-Sindicato)

Antônio Luiz Ferrari (ADAFa)

Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovilla Luz (SIND-UFMA)

Daniel Christino (ADUFG-Sindicato)

Eduardo Rolim de Oliveira (ADUFRGS-Sindical)

Flávio Alves da Silva (ADUFG-Sindicato)

Francisco Wellington Duarte (ADURN-Sindicato)

Geci Jose Pereira Da Silva (ADUFG-Sindicato)

Geovana Reis (ADUFG-Sindicato)

Gil Vicente Reis de Figueiredo (ADUFSCar-Sindicato)

Gilka Silva Pimentel (ADURN-Sindicato)

Humberto José Lourenção (ADAFa)

Ítalo Domingos Santirocchi (SIND-UFMA)

Jairo Alfredo Genz Bolter (ADUFRGS-Sindical)

João Bosco Araújo da Costa (ADURN-Sindicato)

Joviniano Soares de Carvalho Neto (APUB-Sindicato)

Luciene da Cruz Fernandes (APUB-Sindicato)

Maria do Socorro da Costa Coelho (SINDPROIFES-PA)

Nildo Manoel da Silva Ribeiro (APUB-Sindicato)

Nilton Ferreira Brandão (SINDIEDUTEC)

Otávio Bezerra Sampaio (SINDIEDUTEC)

Paulo Machado Mors (ADUFRGS-Sindical)

Pedro Alves D'Azevedo (ADUFRGS-Sindical)

Raquel Nery Lima Bezerra (APUB-Sindicato)

Roberto dos Santos da Silva (SIND-PROIFES)

Rodrigo Elias Bianchi (ADUFSCar-Sindicato)

Valdemir Alves Junior (SIND-PROIFES)

Vanderlei Carraro (ADUFRGS-Sindical)

Walber Lopes de Abreu (SINDPROIFES-PA)

2017: O ANO EM QUE VIVEMOS EM PERIGO

2017 foi um ano de grandes derrotas para os trabalhadores. Na esteira da Emenda Constitucional 95, aprovada no apagar das luzes do ano anterior, o governo Temer impôs medidas que, no conjunto, estão extinguindo direitos históricos e dismantelando programas de inclusão em praticamente todas as áreas.

A educação e a saúde foram particularmente atingidas, de um lado, por fortes contingenciamentos orçamentários e, de outro, pela renúncia de receitas. Entre os exemplos mais simbólicos está uma polêmica Medida Provisória aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 29 de novembro. A MP estabelece renúncia tribu-

tária e fiscal estimada em 40 bilhões de reais por ano, pelos próximos 25 anos, para petroleiras nacionais e estrangeiras, que explorem o Pré-sal. Com as contas públicas em estado de penúria, o Brasil entra o ano desgovernado, oferecendo subsídios injustificáveis para a exploração de combustíveis fósseis.

MAS TAMBÉM LUTAMOS!

A criação da CONAPE mostrou que os educadores brasileiros não são coniventes com a política de desmanche do Estado e das organizações democráticas, imposta por Temer e seus aliados no Congresso. Foi este, também, o recado da greve nacional de 28 de abril, considerada a maior paralisação ocorrida no País desde a jornada histórica de 14 e 15 de março de 1989. No mesmo sentido, a rejeição da opinião pública e a pressão sobre os parlamentares foram uma pedra no caminho de Temer para a aprovação da reforma previdenciária, obrigando o governo a recuar em vários aspectos. Paralelamente, ainda que de forma desigual, as denúncias de corrupção escancaram as relações perigosas entre o público e o privado, mostrando que uma reforma ampla e radical do sistema político é urgente e vital para o futuro do Brasil.

Veja, nesta retrospectiva, alguns dos acontecimentos que marcaram a vida dos brasileiros no ano passado.



TERRORISMO ADEQUADO?

Paulo Machado Mors - Presidente ADUFRGS-Sindical

O Presidente Michel Temer declarou, recentemente, manifestando-se sobre a necessidade imperiosa de se aprovar a reforma da Previdência, que os opositores do projeto estavam promovendo um “terrorismo inadequado”, em sua ação na defesa da recusa à tentativa governamental. Com isso, o Sr. Presidente estava, implicitamente, aceitando a possibilidade da prática de “terrorismo adequado”. Tentemos, portanto, um exercício de identificação de ações que possam ser classificadas como tal.

A Emenda Constitucional 95, em vigor desde dezembro de 2016, que instituiu um novo regime fiscal para o País, priorizando os interesses do capital especulativo em detrimento de ações sociais, é o guia maior das atividades de terrorismo adequado, sem o que se tornaria impossível o pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

Voltemos à reforma da Previdência. Esta é uma das peças-chave para o bom cumprimento da EC 95. Sem essa reforma, torna-se difícil o cumprimento de suas regras massacrantes, que vieram para ser cumpridas ao longo dos próximos 20 anos. O teto de gastos

imposto por esse novo item constitucional não pode, de forma alguma, ser ultrapassado. Assim, há que se condenar o pobre a trabalhar até morrer, e morrer à míngua. Muito simples. Belo exemplo de terrorismo adequado.

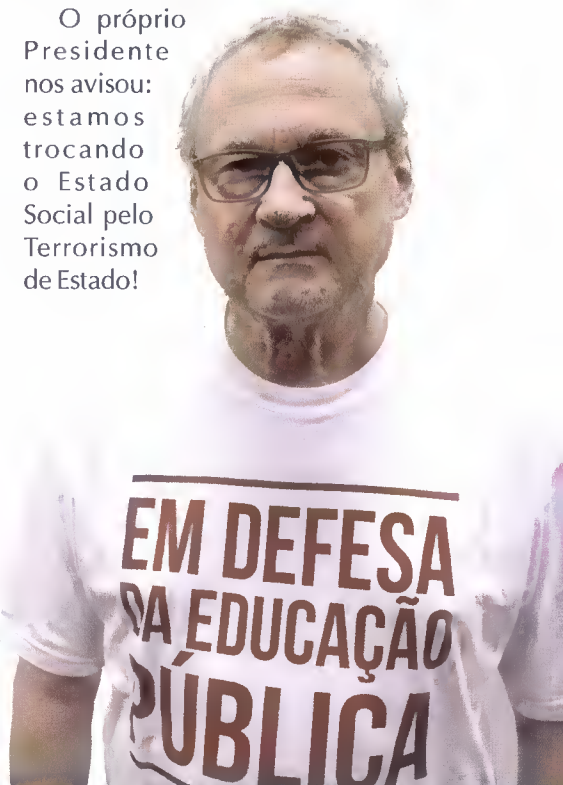
A terceirização irrestrita é outro caminho inteligentemente traçado para o bom cumprimento do arrocho imposto pela emenda constitucional. A legalização da atribuição de toda a cadeia de produção a agentes terceirizados resultará, para o erário, em uma animadora economia de recursos, que já estão comprometidos com os rentistas, patrões de nossos governantes. Eis aí, portanto, mais um item do elenco das atividades de terrorismo adequado.

E a CLT, quase tão velha quanto a Lei Áurea? Já não seria o momento de adequá-la aos novos tempos neoliberais? Deixemos a Lei Áurea para ser modernizada pelo próximo governo. Falemos, aqui, apenas da CLT. Adaptada ao desiderato da EC 95, a reforma trabalhista, além do mais, pode estar sinalizando para o fim de um enorme estorvo aos oligarcas que detêm o poder: a Justiça Trabalhista. Sofisticado ato de terrorismo

adequado...

Tudo isso, aliado à destruição de nosso parque produtivo, com a venda de nossas riquezas e nosso patrimônio, fecha o círculo. Claro, não teremos mais, também, um serviço público voltado à população, desde os postos de saúde, passando pela educação, pela segurança, e chegando até as mais altas esferas da Justiça.

O próprio Presidente nos avisou: estamos trocando o Estado Social pelo Terrorismo de Estado!



Pedro Rossi

“Essa drástica redução da participação do Estado na economia é representativa de outro projeto de país, outro pacto social, que reduz substancialmente os recursos públicos para garantia dos direitos sociais, como saúde, educação, previdência e assistência social. Nesse novo pacto social, transfere-se responsabilidade para o mercado no fornecimento de bens sociais. Trata-se de um processo que transforma direitos sociais em mercadorias.”

Ana Lúfa Matos de Oliveira, Flavio Arantes e Pedro Rossi
Instituto de Economia da Unicamp

JANEIRO

EC 95: A PEC DA MORTE

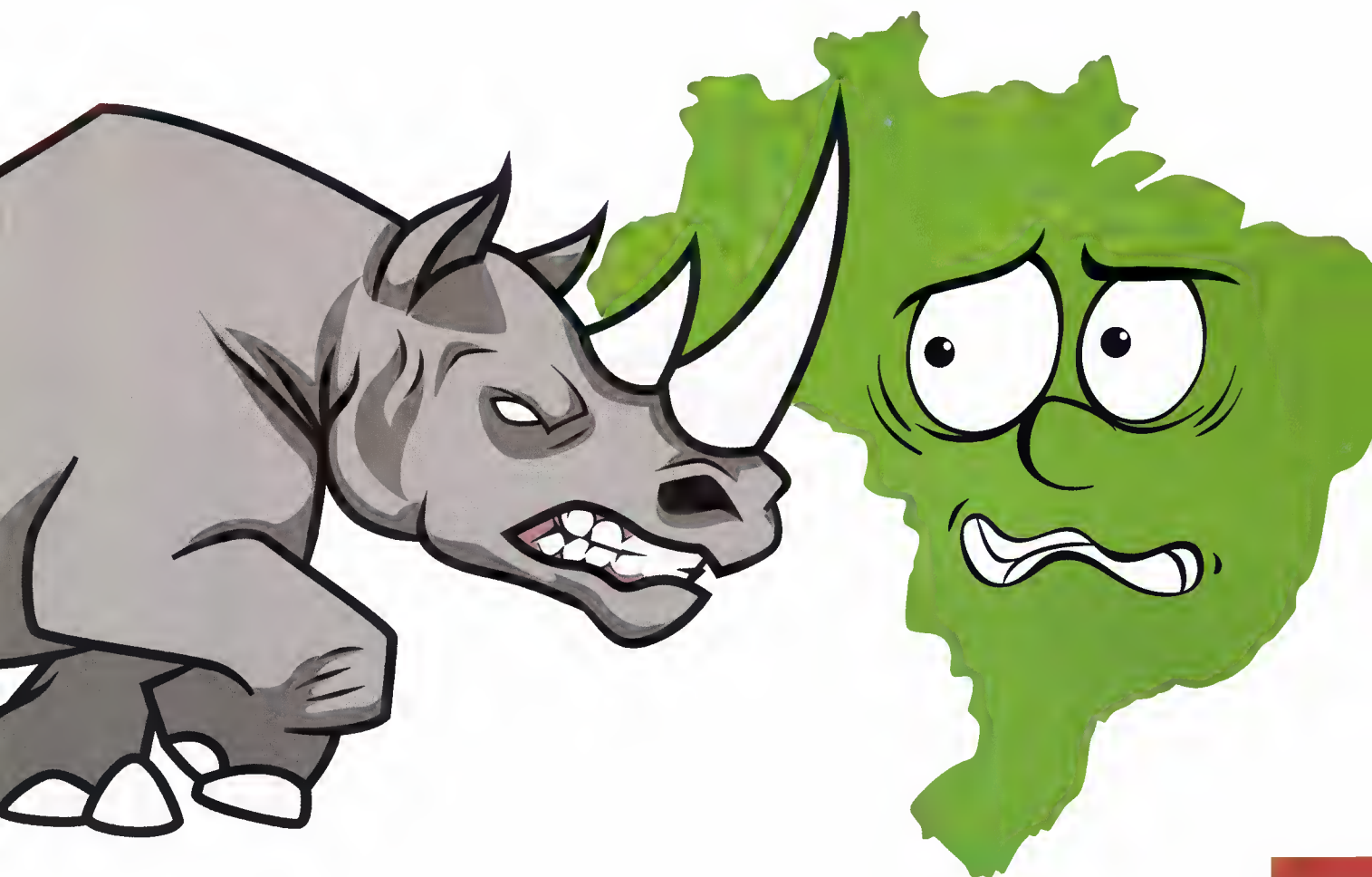
2017 começou sob a égide da EC 95. Chamada de PEC da Morte ou PEC do Fim do Mundo, a proposta virou lei e, em pouco mais de um ano, já mostrou a que veio. Nem é preciso ser especialista para compreender a lógica sinistra de uma lei que congela os gastos públicos por 20 anos, mesmo que o País supere a crise e a economia volte a crescer. Aprovada por um Congresso bombardeado por acusações de corrupção, a emenda terá impacto em

todas as áreas, particularmente, na Educação e na Saúde.

Para ilustrar o profundo efeito desta medida na vida dos brasileiros, o Dieese apontou uma redução de 47% nos investimentos em educação, caso o congelamento tivesse vigorado entre 2002 a 2015. Também é certo que a EC 95 irá inviabilizar o cumprimento das principais metas do Plano Nacional de Educação (PNE), a começar pelo financiamento para a Educação, previsto em, no

mínimo, 7% do PIB no prazo de cinco anos e 10% do PIB no final do decênio.

A nova norma constitucional estabelece que, nas próximas duas décadas, os gastos públicos só poderão ser reajustados com base na variação da inflação dos últimos 12 meses. Apenas dez anos após a entrada em vigor da lei, e por iniciativa exclusiva do Presidente da República, este critério de correção poderá ser reavaliado.

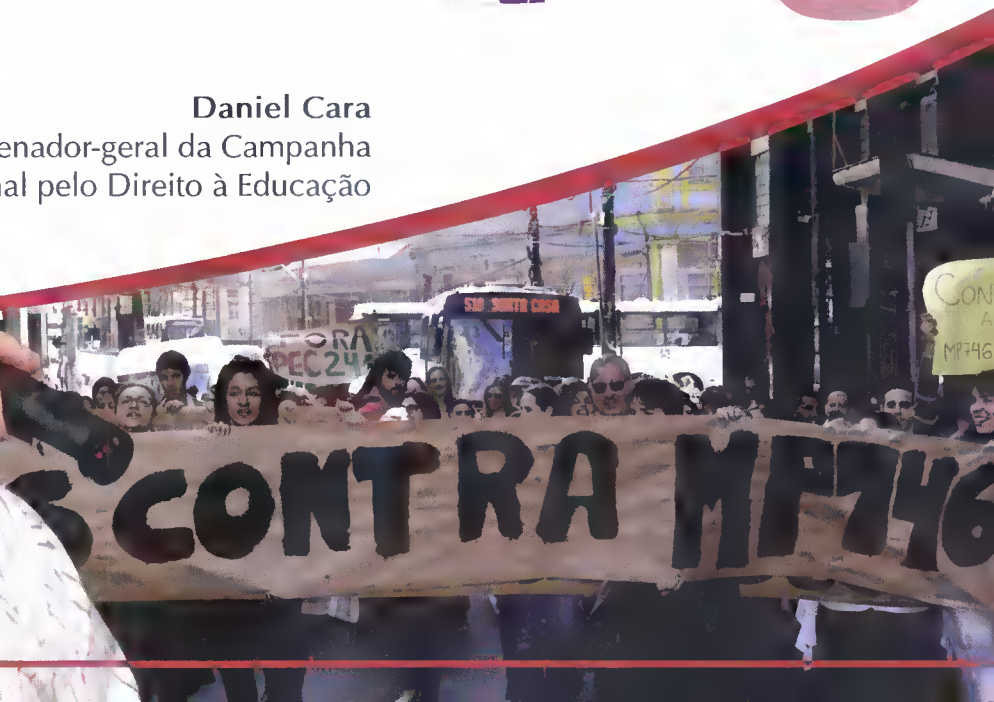


FEVEREIRO

É APROVADA A POLÊMICA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

“A MP 746, da reforma do Ensino Médio, estabelece uma bagunça e faz com que os estudantes sejam divididos entre aqueles que vão ter acesso a um ensino propedêutico e aqueles que vão ter acesso a um ensino técnico de baixa qualidade”.

Daniel Cara
coordenador-geral da Campanha
Nacional pelo Direito à Educação



MARÇO

CONTINGENCIAMENTO NAS IFES QUASE PARANDO...

O ano começou com más notícias para as Instituições Federais de Ensino: o contingenciamento de 15% dos gastos de custeio, destinados ao funcionamento das IFs (luz, água, manutenção e serviços terceirizados) e 40% dos gastos de capital (despesas com as obras de expansão e reestruturação das instalações). Universidades em todo o País anunciaram dificuldades para manter serviços básicos, como o pagamento em dia de contas de água, luz e limpeza. Algumas delas, como a UFRGS, chegaram a prever a possibilidade de não ter recursos para concluir o ano letivo. Em uma nota à sociedade, divulgada no mês de agosto, a ANDIFES relacionou um conjunto de problemas

enfrentados pelas instituições e alertou: “Os problemas orçamentários e financeiros vivenciados são agravados, ainda, pela existência da Emenda Constitucional 95 e podem significar não apenas a perda de recursos de investimentos para 2018, mas pelos próximos 20 anos”.

Segundo o documento, o orçamento do ano passado já representou corte significativo com relação ao de 2016. Para 2018, os valores referentes a custeio mantêm a matriz de 2017, reduzem o Reuni em aproximadamente 11%, não recompoem a inflação do período e desconsideram a expansão do sistema. O valor em reais por Aluno Equivalente, por exemplo, encolheu 42% em relação a

2011, com tendência a piorar. Contraditoriamente, no mesmo período, o programa de subsídio às instituições privadas de ensino superior, por meio do FIES, passou de 2,1 para 21 bilhões de reais, contrariando a Meta 12 do PNE, que prevê ampliação das vagas públicas dos atuais 25% para, no mínimo, 40% do total de matrículas.

Na nota, os dirigentes lamentaram o ônus “de grande magnitude” que a situação financeira traz às instituições, levando à perda de confiabilidade por parte dos credores, ao pagamento de multas e juros, “além de obrigar as instituições a selecionar quais despesas pagar, que é um fato inaceitável”.



MARÇO

LEI DAS TERCEIRIZAÇÕES O GOLPE NO EMPREGO

A Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei de 1998, que permite a terceirização de todas as atividades econômicas, inclusive das atividades-fim das empresas. Foi o início de muitos ataques mortais contra os direitos dos trabalhadores, atingindo, indiscriminadamente, o setor público e o setor privado.

Na avaliação do sociólogo Ruy Braga, professor da USP, em

menos de uma década, o total de terceirizados poderá representar 75% dos empregos formais no País. A estimativa é que, dos 47 milhões de trabalhadores que, em 2015, constavam na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), 25% trabalhavam nessa condição. Em entrevista ao jornal Valor Econômico, o docente citou um estudo do DIEESE que mostra que “os trabalhadores terceirizados têm jornadas mais longas,

salários menores e são mais acometidos por doenças do trabalho do que efetivos que desempenham a mesma função”. Em 2014, o DIEESE havia comparado as condições de trabalho de um efetivo e de um terceirizado, no ramo químico, e concluiu que, além de receber salários, em média, 40% menores, os terceirizados não têm direito a vários benefícios, como o vale alimentação e o auxílio-creche.

COMBATE À CORRUPÇÃO CONDUTOR DO IMPEACHMET NA CÂMARA É CONDENADO

O deputado Eduardo Cunha foi condenado no processo em que é acusado de receber propina de contrato de exploração de Petróleo no Benin, na África, e de usar contas na Suíça para lavar o dinheiro. Ele estava preso, preventivamente, desde o mês de outubro, sob a acusação de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão fraudulenta de divisas. Por decisão do STF, Cunha havia sido afastado do cargo de parlamentar e da Presidência da Câmara em abril de 2016, apenas um mês depois de ter conduzido a sessão do impeachment de Dilma Rousseff.



ABRIL

CRIAÇÃO DA CONAPE ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E DIÁLOGO

Bastaram dois canetaços (a portaria 577 e o decreto de 26 de abril de 2017) para o governo Temer desestruturar e tornar ilegítimos o Fórum Nacional de Educação (FNE) e a Conferência Nacional de Educação (CONAE 2018). No FNE, de forma unilateral, restritiva, e antidemocrática, o

Ministério da Educação excluiu representantes de entidades e determinou que outras deveriam disputar uma vaga entre si.

Em resposta, as entidades que tinham assento no FNE antes da portaria 577 decidiram sair coletivamente e anunciaram a constituição do Fórum

Nacional Popular de Educação (FNPE) e a construção da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE).

A conferência popular foi concebida como um espaço de resistência e de diálogo para os diversos atores envolvidos com educação no Brasil.

CONAPE — A RESPOSTA NECESSÁRIA COMO PARTE DA LUTA

Lúcio Vieira - Vice-presidente da ADUFRGS-Sindical

A CONAPE é um plano emergencial de enfrentamento à iniciativa do governo em tomar para si a organização da CONAE. A reconfiguração do FNE, patrocinada pelo Ministério da Educação, por meio de portarias ministeriais, em abril deste ano, com o afastamento da maior parte das entidades de representação popular e sua substituição por representantes de aliados, foi o primeiro grande embate entre os setores da sociedade, especialmente representadas pelas entidades sindicais e acadêmicas, com a nova gestão.

As entidades identificadas com a luta pela educação pública, que não haviam sido substituídas, resolveram renunciar e auxiliar na organização do Fórum Nacional

Popular da Educação.

Ao agir desta forma, o governo sinalizou, claramente, a sua intenção de subordinar o debate do Plano Nacional da Educação a interesses que comungam com a ideia de um Estado menor, menos presente na oferta e responsabilidade com a educação – identificados igualmente com o potencial financeiro da exploração desse serviço.

Expressa esta política, a aprovação da Emenda Constitucional 95/2017, que estabelece um regime fiscal de austeridade, por 20 anos, com potencial de inviabilizar as metas previstas no Plano Nacional da Educação, além de outros investimentos de natureza social.

A capacidade de reação dos movimentos sociais está visivelmente comprometida, dada a perda do patrocínio estatal na organização dos eventos para o debate nacional, o que limitará em muito o alcance das discussões. O quadro nacional de instabilidade e de incertezas, igualmente, retira, mesmo que momentaneamente, o tema PNE da pauta.

A descrença da sociedade nos diferentes agrupamentos políticos que se colocam na linha de frente do enfrentamento necessário com o projeto alinhado pelo governo, expõe ainda mais as dificuldades para efetivar um evento de porte, capaz de fazer frente aos desafios.

Há, igualmente, fatores políticos/partidários/eleitorais que



ABRIL

compõem e aumentam o quadro de dificuldades. A insistência de setores em fazer da CONAPE o espaço por excelência da confrontação eleitoral prejudica o potencial de aglutinação que o evento possui. Felizmente, em muitos locais, mesmo que pontualmente, observa-se a organização de debates, que vêm contribuindo para as análises do alcance que o Plano teve nestes quase três anos de vigência, identificando com propriedade suas limitações e entraves, principalmente as suas possibilidades de contribuir para a modificação do quadro educacional brasileiro. Este diagnóstico é de extrema relevância para melhor municiar o debate e buscar o apoio dos

setores democráticos de mais amplo espectro na sociedade, condição necessária para garantir os avanços alcançados com a aprovação do plano.

As CONAPES locais começam a acontecer, mesmo que, ainda, com pouca repercussão. Os encontros vêm servindo para impedir que o tema desapareça completamente do cenário nacional. No Rio Grande do Sul, já tivemos vários debates municipais e intermunicipais. Está constituído o Comitê Estadual em Defesa da Educação Pública, formado por inúmeras instituições públicas e privadas, que se associam na proteção da educação como um bem público. Deste comitê,

formou-se uma executiva formada pela ADUFRGS-Sindical, o CPERS e o SINPRO/RS, que assume o papel da organização do evento estadual e de fomentar as discussões regionais.

Nosso encontro será nos dias 9 e 10 de março de 2018. Até lá muito trabalho teremos. Ampliar, esclarecer, envolver, pressionar, exigir do governo estadual a convocação do Fórum Estadual de Educação - órgão de representação da sociedade previsto na Lei, que aprovou o nosso plano estadual de educação - são algumas das tarefas colocadas àqueles que lutam por uma sociedade mais justa, com educação pública de qualidade para todos.



REFORMA TRABALHISTA

PÁ DE CAL NOS DIREITOS

Depois da lei das terceirizações, os deputados colocaram mais uma pá de cal na CLT. A reforma aprovada representou um retrocesso de 80 anos na legislação trabalhista brasileira.

GREVE GERAL

BRAÇOS CRUZADOS CONTRA AS REFORMAS

No dia 28 de abril, milhões de trabalhadores participaram da greve nacional contra as reformas. Considerado o maior protesto contra o governo desde as históricas jornadas de 14 e 15 de março de 1989, a estimativa é que entre 35 e 40 milhões de pessoas tenham aderido à paralisação em todo o País.



CONTINGENCIAMENTO NA PESQUISA

COMUNIDADE CIENTÍFICA EM ESTADO DE ALERTA

A ciência e a tecnologia não entraram na PEC 55 como despesa obrigatória do Estado brasileiro, portanto, o governo pode cortar sua verba indiscriminadamente, podendo, inclusive, zerar os investimentos na área. Os quase 7 bilhões de reais investidos em 2013, foram reduzidos para pouco mais de 4 bilhões em 2016, e continuam caindo. Em 30 de março, a comunidade científica entrou em estado de alerta, após o anúncio de um contingenciamento na ordem de 44%.

O novo orçamento é "uma bomba atômica que ataca a ciência brasileira", declarou o

físico Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências, à britânica Nature, uma das principais revistas sobre ciência do mundo. "Estávamos em guerra, poderia se pensar que essa era a estratégia de uma força estrangeira para destruir nosso País. Mas, em vez disso, estamos fazendo isso com nós mesmos", lamentou. A revista também fez referência ao "rebaixamento" do Ministério da CT&I, fundido com o Ministério das Comunicações, e à emenda constitucional (EC 95) "aprovada pelo novo governo", que "limitou os gastos federais a níveis de inflação por 20

anos, matando esperanças de que a maré possa virar em breve".

Segundo a matéria, desde 2014, uma série de cortes de financiamento "significou o abandono de um programa de intercâmbio emblemático" - o Ciência Sem Fronteiras - "que permitia que estudantes brasileiros visitassem instituições líderes no exterior". Na lista de projetos "em perigo", é citado o "Sirius", um acelerador de partículas de 1,75 bilhão de reais, considerado o melhor do mundo em sua categoria, e o número de publicações científicas, que também entrou em declínio.

MAIO



COMBATE À CORRUPÇÃO

DELAÇÃO DA JBS ESTREMECE A REPÚBLICA

Gravações feitas às escondidas pelo dono da JBS revelaram uma rede de corrupção envolvendo personalidades da política, como o presidente Temer e o senador Aécio Neves, e até membros do judiciário e do Ministério Público. Em 7 de março, no Palácio do Jaburu, Joesley faz insinuações sobre pagamentos para manter o silêncio de Eduardo Cunha e ouve de Temer: "Tem que

manter isso aí". No dia 24, depois de conversas preliminares com Andrea Neves, irmã de Aécio Neves, o empresário gravou o diálogo com o senador tucano, em São Paulo. Eles acertam o pagamento de R\$ 2 milhões a Aécio para o pagamento de despesas com advogados na Lava Jato. Foi nesta gravação que o empresário perguntou quem pegaria o dinheiro, e Aécio

respondeu: "Tem que ser um que a gente mata ele antes de fazer delação(...)". O vazamento da delação, no dia 17 de maio, estremeceu as bases da República e chegou a paralisar a Bolsa de Valores, dando origem a dois pedidos de investigação de Temer pela Procuradoria-Geral da República, ambas rejeitadas e arquivadas pela maioria governista na Câmara dos Deputados.

OCUPAÇÃO DE ESCOLAS

ESTUDANTES CONTRA A CENSURA

Estudantes em todo o País protestaram contra o projeto da Lei da Mordaza, que censura o debate crítico na sala de aula. As mobilizações estudantis iniciaram em 2016, com a chamada “primavera secundarista”, que resultou na ocupação de centenas de escolas em todo o

País. Durante os protestos, a presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Camila Lanes, afirmou que a Lei da Mordaza tem como objetivo “a robotização da juventude”, na medida em que retira do currículo matérias essenciais para o desenvolvi-

mento do pensamento crítico. Em uma campanha nacional, a UBES elencou oito motivos para ser contra o projeto. Entre eles, estão a imposição da censura e a perseguição à liberdade de expressão, sob o pretexto da neutralidade e da não-ideologização da escola.



ADufrgs
sindicato

JUNHO

COMBATE À CORRUPÇÃO NA CORDA BAMBA

O então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou denúncia formal de corrupção passiva contra Temer. Em uma ação inédita desde a Constituição de 1988, Temer foi acusado de ser o receptor final de propina paga pela JBS.



JULHO

PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO O DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO

Em mais um ataque ao servidor público, o governo Temer lançou, em 2017, o Programa de Desligamento Voluntário (PDV), que tem o mesmo objetivo daquele criado, na década de 90, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso: reduzir a folha de pagamento e o número de servidores públicos federais. Aos trabalhadores que aderissem ao PDV, o governo oferecia indenização correspondente a 125% da remuneração mensal do servidor, na data de desligamento, multiplicada pelo número de anos de efetivo exercício. A realidade, porém, mostra que o PDV não representa uma economia significativa aos cofres públicos e, além disso, gera tensão no serviço público. Na prática, a medida causa precarização das condições de vida de servidores, bem como sucateia serviços públicos, como segurança, saúde, educação, assistência social, prejudicando a população em geral, em especial a população de baixa renda.



DEVOLTA PARA O PASSADO

AGOSTO

EXPLORAÇÃO PRIVADA

TEMER LIBERA RIQUEZAS AMAZÔNICAS PARA EMPRESAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

A exploração de riquezas naturais da Amazônia está aberta às empresas nacionais e estrangeiras. Em agosto, Temer extinguiu uma área de reserva com mais de 46 mil quilômetros quadrados, na divisa entre Pará e Amapá, no norte do Brasil. Conhecida como Renca, uma região rica em reservas minerais de ouro, ferro, cobre e

manganês foi liberada para a extração comercial. Dentro da área, situam-se partes de três reservas de proteção integral, de quatro unidades de conservação de uso sustentável e de duas terras indígenas. Até então, somente o Serviço Geológico do Brasil poderia realizar pesquisa ou viabilizar e autorizar qualquer tipo de

extração econômica de minerais.

No mesmo sentido, o governo retomou negociações com os Estados Unidos para a utilização da base de lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão, e convidou o Exército daquele país para participar de um exercício militar na Amazônia.

SETEMBRO



“CURA GAY” ABERRAÇÃO É O PRECONCEITO

A decisão liminar do juiz federal Waldemar Cláudio de Carvalho, autorizando os psicólogos a oferecerem tratamento contra a homossexualidade é a antecâmara do que poderá virar lei no Brasil. A chamada "cura gay" é objeto do PL 4931/2016, apresentado por Ezequiel Teixeira (PTN-RJ), que tramita na Câmara dos Deputados. Pastor evangélico, ele foi secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do governo de Luiz Fernando Pezão (PMDB), no

Rio de Janeiro, até fevereiro de 2016. Entre outras barbaridades, Teixeira comparou a homossexualidade à Aids e ao câncer, justificando, assim, a aplicação de uma série de terapias para "auxiliar a mudança da orientação sexual, deixando o paciente de ser homossexual para ser heterossexual (...)".

Na justificativa do projeto, ele afirma que "a homossexualidade causa diversos transtornos psicológicos" e diz que a "mudança de

orientação sexual encontra-se cientificamente comprovada". Na verdade, não há nenhuma evidência científica, no Brasil ou no exterior, que corrobore esta tese.

O relator do projeto, Diego Garcia (PHS-PR), é o mesmo que, em 2015, relatando o Estatuto da Família, definiu "família" como sendo "a união entre homem e mulher por meio de casamento ou união estável". É a lei de Murphy!

SETEMBRO

PROGRAMAS SOCIAIS

BOLSA FAMÍLIA ENCOLHE

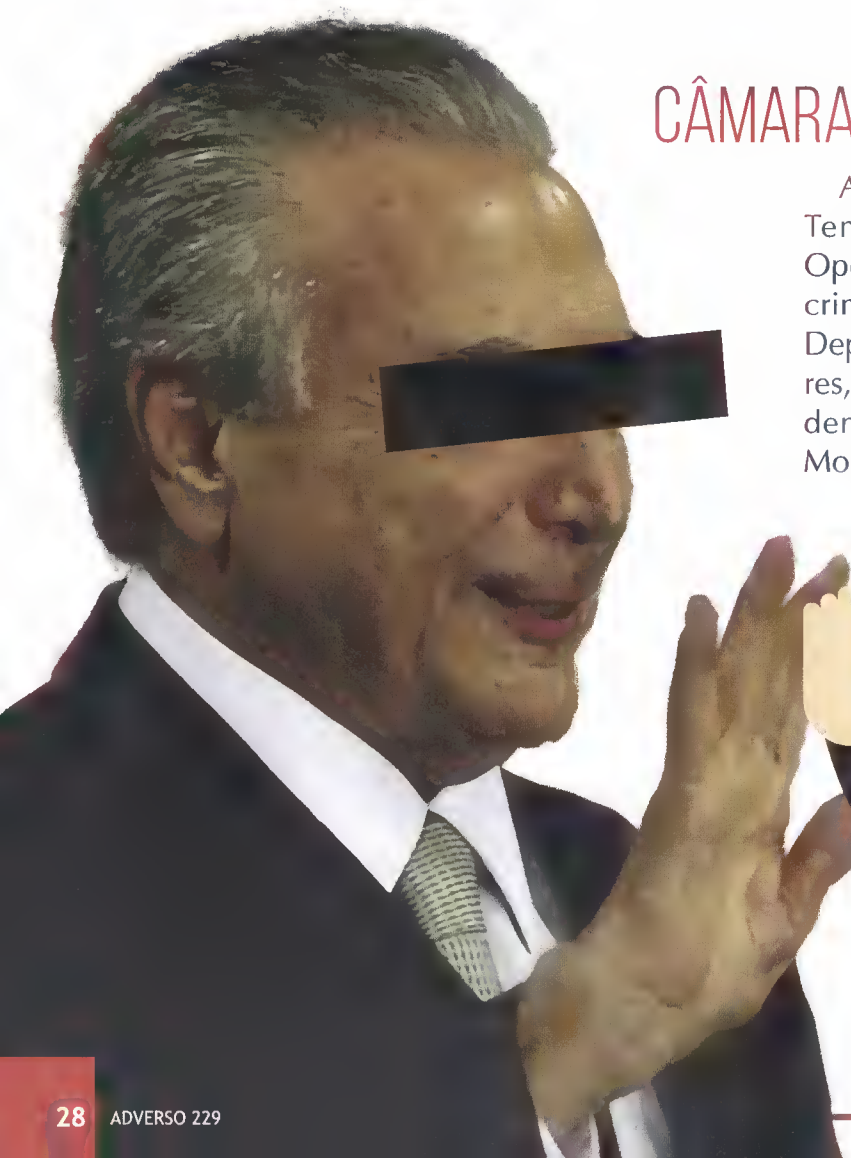
Projeto do Orçamento para 2018 apresentou a primeira proposta de corte nos recursos destinados ao Programa Bolsa Família. Considerado pelas Nações Unidas como “essencial para o combate à pobreza”, o Bolsa Família já havia registrado, em julho, a maior redução do número de beneficiários (com relação ao mês anterior) desde 2003, ano em que foi lançado. Incluindo suspensões para avaliação e cancelamento, 543 mil famílias deixaram de receber auxílio.



CORRUPÇÃO

CÂMARA LIVRA TEMER, DE NOVO

A segunda denúncia da PGR contra Temer, por obstrução da Justiça na Operação Lava Jato e por organização criminosa, foi rejeitada na Câmara dos Deputados. Com o voto de 251 parlamentares, o pedido de investigação contra o presidente e os ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco foi arquivado.



OUTUBRO

PL 116

SERVIDORES SÃO A BOLA DA VEZ

Na primeira semana de outubro, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o Projeto de Lei 116/2017, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-Sergipe). Com o pretexto de regular o artigo 41, § 1º, III da Constituição, o PL põe fim à estabilidade no serviço público.

Vale lembrar que, a partir da Constituição de 1988, a administração pública deixou de ser um clube de apadrinhados pelo poder. O concurso público, gradativamente, se consolidou como a única porta de entrada para serviço público, salvo exceções legalmente previstas. Agora, o PL

116 coloca os servidores na linha de tiro das políticas neoliberais. Justificado no senso comum da “insuficiência de desempenho” e da “meritocracia”, o fim da estabilidade dos servidores é, nas palavras da procuradora Márcia Maria Barreta Fernandes Semer, “um passaporte para o passado”.

Além de avaliativos fixos de qualidade e produtividade, o projeto institui “avaliativos variáveis”, abrangendo “pérolas” da subjetividade, como: (a) se o servidor cria e mantém vínculos pessoais e profissionais cooperativos e construtivos, (b) se o servidor propõe soluções consistentes para os problemas de traba-

lho, (c) se o avaliado demonstra senso de compromisso com a unidade de serviço, (d) se o avaliado investe na aprendizagem contínua, e (e) se o avaliado utiliza o feedback recebido para aprimorar o próprio desenvolvimento pessoal e profissional.

Em artigo publicado no portal de notícias Justificando, a procuradora ironiza: “nem é preciso ser muito inteligente” para entender que, mesmo parecendo expressar bons propósitos, o projeto, definitivamente, “não é flor que se cheire”. E quando se conhece o teor da PL 116, alfineta, a flor é ainda “mais fétida”.



OUTUBRO

SOBRE O PAPEL DO ESTADO, DO SERVIÇO PÚBLICO E DO PROFESSOR PÚBLICO

Lúcio Vieira - Vice-presidente da ADUFRGS-Sindical

O serviço público é a expressão da garantia da liberdade e da igualdade. É o servidor público, por excelência, o profissional a quem cabe a tarefa de promover a intermediação entre os interesses públicos e privados. É por seu meio que os conflitos resultantes da crescente individualização da sociedade, que, cada vez mais, sobrepõe-se ao interesse coletivo, são mitigados.

Cabe ao Estado, mais do que exercer a sua função de garantir a ordem, propor novas formas de estender os benefícios das conquistas das ciências a toda a população. O servidor público é o agente das ações do Estado. É ele quem concretiza e dá consequência às políticas consumadas na constituição e outros dispositivos legais.

Dentre os servidores públicos, há um que destaca. O professor. O ato de ensinar, propagar o conhecimento, promover a disseminação dos saberes acumulados pela sociedade, incentivar o desenvolvimento de novos conhecimentos, de garantir o acesso universal aos espaços consagrados para estas ações são atribuições exclusivas do professor público. O exclusivo refere-se ao caráter geral – o para todos – desses serviços.

À medida que foram se desenvolvendo, ao longo da história, as formas de produção, o aumento as riquezas, a tecnologia e a ciência, a organização do estado, suas formas de controle e sua democratização passam a exigir novas e ampliadas maneiras de agir. O crescimento do serviço público nos países desenvolvidos é direta-

mente proporcional à sua riqueza acumulada.

Cabe ao servidor público atuar de forma a garantir o papel do Estado como agente de redução da desigualdade social. O professor é um agente fundamental para a superação dessa desigualdade.

Desprestigiar o serviço público e seus agentes é trabalhar na direção oposta à sociedade moderna. É colocar-se na contramão da construção de nações soberanas, socialmente justas e que tenham como meta o crescimento econômico.

Um estado soberano não é avesso à internacionalização das relações de mercado, tampouco é avesso ao mercado e suas regras. Um estado nos marcos do capitalismo desenvolvido enxerga com precisão a necessidade de um serviço público que garanta o acesso à educação de toda a população. Do ensino da mais tenra idade à pós-graduação. Porque é da formação ampla da população que teremos um povo capaz de promover mais conhecimento, mais produção, mais consumo, mais riqueza.

É da mesquinha de governantes com visão do século 19 que

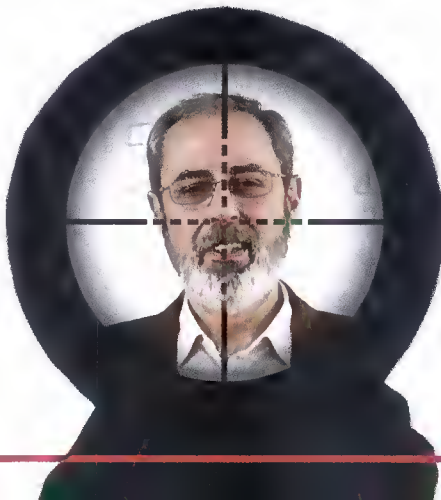
desembocamos, em pleno 21, em um padrão de subdesenvolvimento que cultiva a miséria, a exploração desenfreada, o rentismo e o acúmulo de riqueza desmedida. A retórica de que o estado é grande demais e, portanto, responsável pelo atraso no crescimento do País esbarra na realidade das experiências dos países mais desenvolvidos do mundo.

O que falta ao País é mais estado, é mais serviço público, é mais eficiência e controle para que o que se espera seja efetivado.

O que temos em excesso é a corrupção decorrente das relações promíscuas entre a esfera privada e a pública. Maus empresários, maus servidores, maus legisladores, maus fiscalizadores. Não se trata de incompetentes, mas de grupos que visam tão somente o lucro, a imposição de seus valores degradados a toda a gente.

Uma sociedade moderna tem um estado garantidor do desenvolvimento científico e tecnológico, da distribuição das riquezas e do conhecimento, e que incentiva as iniciativas individuais com a promoção do crescimento coletivo.

Os professores públicos constituem peça chave na configuração de estado implicado com os interesses sociais. A educação deve ser, necessariamente, pública, para que expresse o projeto global de cada sociedade, que se constitui na promulgação dos valores próprios da convivência fraterna, solidária, comprometida com o bem comum.



“A cereja do bolo, como se vê, está no cipoal de aberrações do rol avaliativo variável, cuja profusão de subjetivismos e impropriedades fulmina de morte a garantia da estabilidade e torna o servidor um serviçal de quem está no poder.”

Márcia Maria Barreta Fernandes Semer
Procuradora do Estado de São Paulo,
Mestre e Doutoranda em Direito do Estado (USP)



PRIVATIZAÇÃO DO PRÉ-SAL

ADEUS AO FUTURO

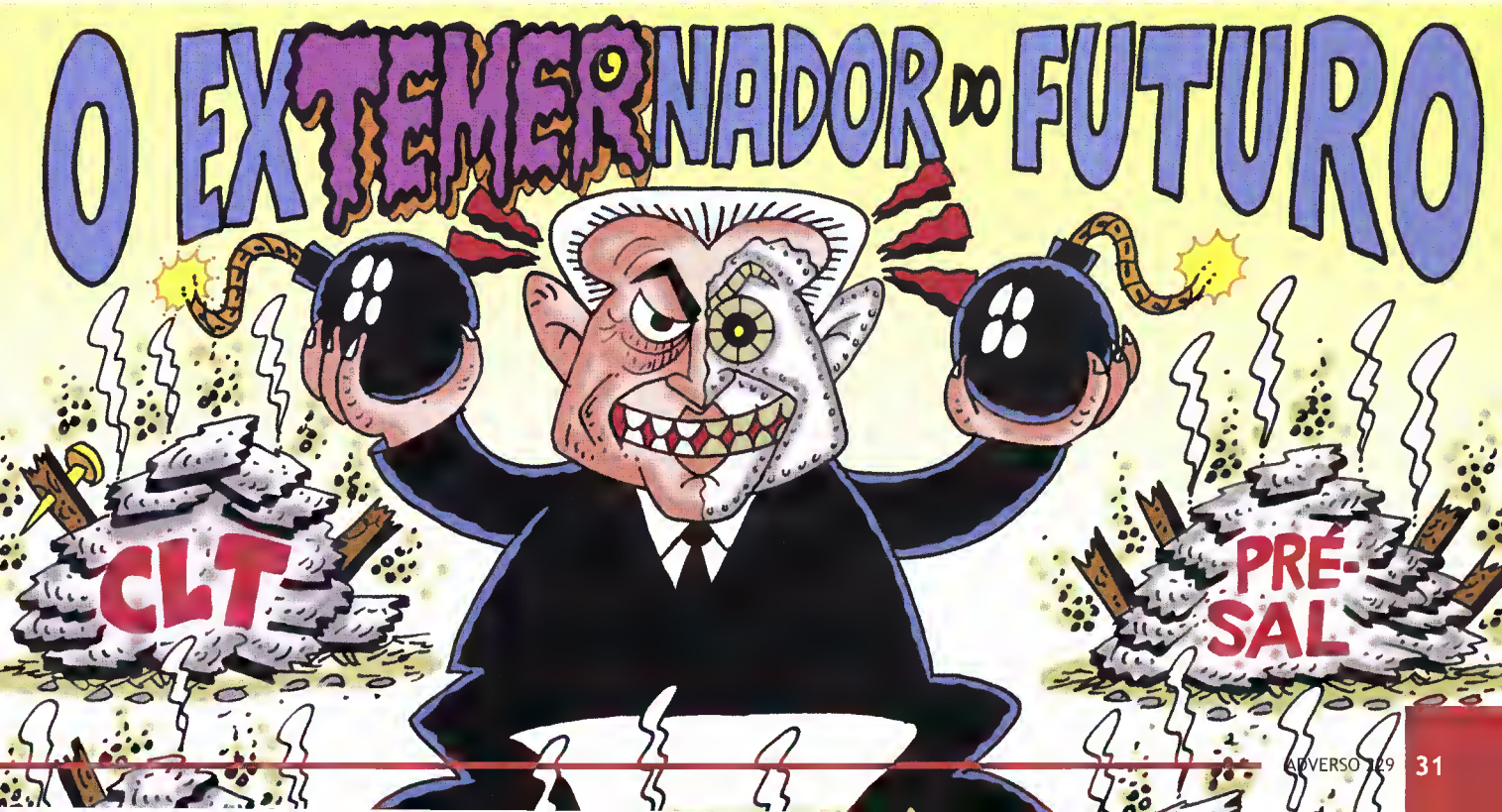
A maior reserva de petróleo da atualidade, descoberta pela Petrobras há 10 anos, foi entregue como um bilhete premiado às petroleiras multinacionais. No leilão, foram vendidas oito grandes áreas exploratórias, contendo, pelo menos, 12 bilhões de barris de petróleo de altíssima qualidade. Por elas, o governo Temer acabou aceitando

21% menos do que os 7 bilhões de reais que pretendia arrecadar e quase a metade do valor esperado pela equipe econômica.

Mas isso não é tudo. No final de novembro, veio o segundo presente de Temer às novas donas do Pré-sal brasileiro: renúncia fiscal até 2040, o equivalente a

uma perda de receita de 1 trilhão de reais.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) considerou o negócio um “crime de lesa-pátria”, enquanto a Associação dos Engenheiros da Petrobras acusou o governo de estar lançando o País em um “novo ciclo colonial”.



OUTUBRO



Fotografia: Midiamax

TRABALHO ESCRAVO PRESENTE PARA OS RURALISTAS

Em meio à votação da segunda denúncia contra Temer, o governo decidiu fazer um agrado à bancada ruralista, a mudança na definição de trabalho escravo. Por meio de portaria, o Ministério do Trabalho decidiu que a ocorrência de jornada exaustiva, o trabalho em condições degradantes e o trabalho forçado não se enquadram mais nesta categoria. Ela também altera procedi-

mentos de investigação e de divulgação da chamada "lista suja" das empresas que usam esse tipo de mão de obra. Quem tem o nome na lista fica proibido, por exemplo, de obter qualquer tipo de financiamento em banco público. Segundo o portal de notícias G1, cerca de 90% dos processos de investigação de denúncias de trabalho escravo, realizados pelo Ministério

Público do Trabalho, estão relacionados a situações que deixaram de ser consideradas análogas à escravidão após a publicação da portaria. Depois de muita pressão, a medida foi suspensa em outubro por ser considerada retrocesso institucional no combate à prática de trabalho escravo. A decisão liminar foi da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF).

“O governo está de mãos dadas com quem escraviza. Não bastasse a não publicação da lista suja, a falta de recursos para as fiscalizações, a demissão do chefe do Departamento de Combate ao Trabalho Escravo, agora o Ministério edita uma portaria que afronta a legislação vigente e as convenções da OIT.”

Tiago Muniz Cavalcanti

Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho, ao portal de notícias Justificando





NOVEMBRO

REFORMA TRABALHISTA

O FIM DOS DIREITOS

A reforma trabalhista entrou em vigor no dia 13 de novembro.

MP 805

GOVERNO ROMPE ACORDO

Medida Provisória de Temer adia a reestruturação da carreira dos docentes, negociada pelo PROIFES-Federação em 2015, e aumenta alíquota de contribuição previdenciária dos Servidores Públicos Federais. Obviamente, a medida provocou reação do PROIFES-Federação e das demais representações do serviço público. No mês seguinte, o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, suspendeu os efeitos da MP através de decisão liminar.

NOVEMBRO



UNIVERSIDADES PÚBLICAS

BANCO MUNDIAL RECOMENDA COBRANÇA DE MENSALIDADES

Asociedade brasileira poderia ter terminado o ano sem essa. Um novo relatório do Banco Mundial sugere a cobrança de mensalidades nas universidades públicas. “O Governo Federal gasta aproximadamente 0,7% do PIB

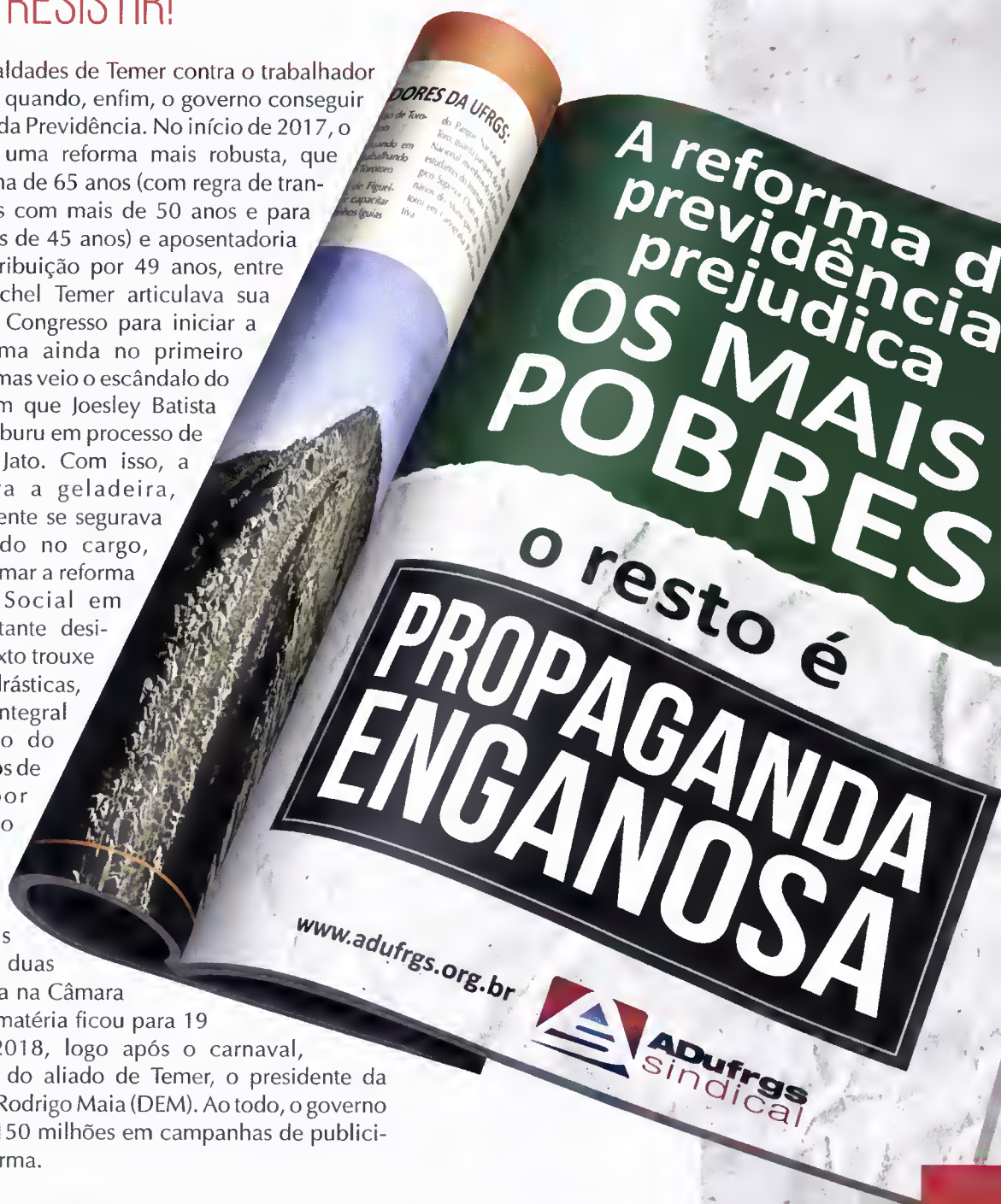
com universidades federais. A análise de eficiência indica que aproximadamente um quarto desse dinheiro é desperdiçado”, diz o texto. Segundo o documento, o sistema atual cria “um subsídio regressivo à parcela

mais rica da população brasileira”. No caso dos mais pobres, a solução apresentada pelo Banco é a concessão de empréstimos, que seriam descontados no salário depois da formatura. Brilhante!

DEZEMBRO

OBSESSÃO DO GOVERNO, REFORMA DA PREVIDÊNCIA FICOU PARA 2018 É PRECISO RESISTIR!

O pacote de maldades de Temer contra o trabalhador só estará completo quando, enfim, o governo conseguir aprovar a Reforma da Previdência. No início de 2017, o governo defendia uma reforma mais robusta, que previa idade mínima de 65 anos (com regra de transição para homens com mais de 50 anos e para mulheres com mais de 45 anos) e aposentadoria integral após contribuição por 49 anos, entre outros pontos. Michel Temer articulava sua base de apoio no Congresso para iniciar a votação da reforma ainda no primeiro semestre de 2017, mas veio o escândalo do grampo da JBS, em que Joesley Batista gravou Temer no Jaburu em processo de delação na Lava Jato. Com isso, a reforma foi para a geladeira, enquanto o presidente se segurava no poder. Mantido no cargo, Temer só pôde retomar a reforma da Previdência Social em novembro, já bastante desidratada. O novo texto trouxe alterações menos drásticas, como benefício integral com base no teto do INSS só com 40 anos de contribuição, por exemplo. Mesmo com as mudanças, o presidente não conseguiu os 308 votos necessários para aprovar, em duas votações, a emenda na Câmara dos Deputados. A matéria ficou para 19 de fevereiro de 2018, logo após o carnaval, conforme anúncio do aliado de Temer, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM). Ao todo, o governo já gastou mais R\$ 150 milhões em campanhas de publicidade a favor da reforma.



DESAFIOS DO CAMPO À MESA

Conferência Internacional reúne especialistas em agricultura e alimentação no mês de setembro, em Porto Alegre.

Por Araldo Neto

O crescimento do percentual de seres humanos que vivem em áreas urbanas é um fenômeno mundial. Segundo a ONU, 66% dos habitantes do planeta estarão vivendo em áreas urbanas até 2050, com forte impacto na agricultura, na distribuição e na alimentação das pessoas. Cada vez mais presente na agenda social, política e acadêmica por todo o mundo, este tema será amplamente debatido na III Conferência Internacional Agricultura e Alimentação em uma Sociedade Urbanizada – AgUrb, que acontece na UFRGS, no mês de setembro.

Após duas edições no continente europeu (Universidade de Wageningen, na Holanda, em 2012, e Universidade Roma Ter, na Itália, em 2015), o evento chega ao Brasil com o objetivo de debater novas estratégias de produção, distribuição e consumo de alimen-

tos para o século XXI em sociedades cada vez mais urbanizadas. Entre os desafios a serem enfrentados pelos profissionais da área, e que serão abordados na Conferência, estão o desenvolvimento de novas tecnologias na produção agroalimentar adaptadas aos impactos climáticos, a formação de novas dinâmicas de abastecimento que promovam a interação entre produtores e consumidores, o primor pela qualidade dos alimentos e o design de sistemas alimentares sustentáveis.

A coordenadora executiva do evento, Potira Preiss, diz que a expectativa é reunir um público muito diversificado, formado por diferentes campos do conhecimento e múltiplos atores. De professores, pesquisadores, estudantes, técnicos e profissionais até agentes de governo, servidores públicos, ativistas de movimentos

sociais, representantes de organismos políticos de representação nacional e internacional, empresas, agricultores e consumidores. “O encontro proporcionará um espaço de diálogo e interlocução inovador para a formulação de uma renovada agenda de ações, estudos e pesquisas sobre a agricultura e alimentação, desde o consumo até a produção”, afirma.

O processo de organização da III AgUrb é conduzido localmente por uma Comissão Organizadora integrada por 20 instâncias da UFRGS. Este grupo se reúne uma vez por mês desde que Porto Alegre foi escolhida como sede do evento. A Conferência vai acontecer apenas em setembro, no entanto, 38 atividades preparatórias já aconteceram em diversas cidades. “Tivemos rodas de conversas, palestras, seminários e workshops. As atividades aconteceram em

Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba e Rio de Janeiro. Isso é importante, porque mostra a representatividade dos atores que estão envolvidos. Esperamos ter um grande número de atividades no primeiro semestre deste ano”, destaca Potira.

O III AgUrb acontece entre os dias 17 e 21 de setembro de 2018. Durante os cinco dias, a programação vai contar com painéis internacionais, simpósios, apresentação de trabalhos científicos, relatos de experiências, saídas de campo e atividades culturais. Os painéis internacionais irão abordar temas de interesse global, como a agricultura e a alimentação no contexto dos objetivos de desenvolvimento sustentável do milênio, segurança e soberania alimentar para todos, os nexos entre mudanças



Potira Preiss
Coordenadora Executiva do AgURB

climáticas, saúde e agricultura, transições nutricionais no século XXI, mudanças e tendências no consumo de alimentos, desafios alimentares e mudanças demográficas no contexto da urbanização, entre outros.

Os simpósios e os grupos de trabalho serão definidos em editais específicos, possibilitando que a programação seja estruturada de forma colaborativa entre as

instituições e pesquisadores interessados, abrangendo os mais variados temas do campo. Serão realizadas sessões de relatos de experiência destinadas a organizações da sociedade civil e, também, saídas de campo para se conhecer projetos que realizam boas práticas agroalimentares, visando à conexão entre as discussões teóricas e a realidade empírica.

A organização do evento projeta que cerca de 80 países estarão representados na Conferência. “Queremos contar com a participação intensa dos países latino-americanos. Também gostaríamos de ter uma participação razoável de países africanos e asiáticos”, diz a coordenadora. ■

Mais informações:

www.agricultureinurbanizing-society.com

O Diretor-Geral da ONU para Alimentação e Agricultura (FAO), José Graziano, está confirmado para abertura da Conferência.



UNIDADES DA UFRGS QUE COMPÕE A ORGANIZAÇÃO LOCAL:

1. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR)
2. Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS) (PPGS)
3. Programa de Pós Graduação em Agronegócio (PPG Agro) (PGAAgro)
4. Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura (PROPUR)
5. Faculdade de Agronomia
6. Faculdade de Educação
7. Faculdade de Veterinária
8. Escola de Administração
9. Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos (ICTA)
10. Centro Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento (CISADE)
11. Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios (CEPAN)
12. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE/RS)
13. Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA)
14. Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (SEDETEC)
15. Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD)
16. Grupo de Estudos em Saúde Coletiva (GESC)
17. Campus Litoral Norte
18. Núcleo de Estudos em Segurança Alimentar (NESAN)
19. Núcleo Interdisciplinar de Prevenção de Doenças Crônicas na Infância
20. Divisão de Alimentação da Pró-reitora de Assuntos Estudantis

Vida no Campus



ELSA - PRECISAMOS PRODUZIR MAIS SAÚDE

Mapeamento inédito da saúde de 15 mil professores e servidores, em seis instituições de educação e pesquisa, servirá de base para a formulação de políticas públicas de prevenção de doenças crônicas no Brasil.

Por Daiani Cerezer

Servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul há 25 anos, o vigilante Renato Duarte nunca havia dado muita importância para a sua saúde até decidir ser voluntário do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA). Desenvolvida por seis instituições brasileiras, a pesquisa tem o propósito de investigar a incidência e os fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, em particular as cardiovasculares e o diabetes, em brasileiros adultos.

Além da UFRGS, o projeto acontece na Fundação Oswaldo Cruz (RJ), Universidade de São Paulo (USP), e nas universidades federais da Bahia (UFBA), Espírito Santo (UFES) e Minas Gerais (UFMG), onde estão os Centros de Investigação do ELSA. Todos os 15 mil voluntários trabalham nas instituições que realizam a pesquisa. Periodicamente, eles realizam exames, como eletrocardiograma, ecocardiograma,

retinografia e hemograma, e respondem a entrevistas sobre hábitos de alimentação e históricos familiar e pessoal de saúde.

O servidor Renato Duarte é voluntário de primeira hora. Em 2008, quando ficou sabendo do ELSA, ele se prontificou a participar (página 44). Outro voluntário do ELSA é o reitor da UFRGS, Rui Vicente Oppermann, que considera o ELSA “um estudo de extrema relevância não só para o indivíduo, e por isso as pessoas se voluntariam, mas também para a sociedade, porque os resultados da pesquisa servirão como balizador de políticas públicas na saúde dos adultos. Não há outro instrumento, que não seja o levantamento epidemiológico, o acompanhamento de uma coorte, que é como a gente chama esse grupo, que busque entender como se comporta a saúde do brasileiro adulto.”

Segundo apontamentos do ELSA, as doenças crônicas são

responsáveis pelos maiores índices de mortalidade e morbidade no Brasil. Seu aumento substancial não só traz consequências negativas para a qualidade de vida da população adulta do País, como também responde pelos maiores gastos com assistência hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS).

No entanto, ainda existem importantes lacunas de conhecimento sobre a incidência das enfermidades crônicas e seus fatores de risco. Políticas de controle dessas doenças eram formuladas de acordo com informações de estudos feitos em países desenvolvidos. O ELSA foi concebido como pesquisa essencial para uma gestão da saúde pública baseada na realidade brasileira.

Oppermann explica que o gestor da saúde pública, seja em nível local, municipal, estadual ou federal, orientado pelos resultados da pesquisa, poderá definir políticas específicas para o perfil

de saúde dos brasileiros. “É mais relevante ainda por se tratar da população adulta, na medida em que nós estamos mudando nosso perfil demográfico rapidamente. Antes, nós éramos uma pirâmide. Agora, estamos quase nos transformando numa pera, com o aumento do número de pessoas idosas. Por muito tempo ainda o ELSA irá servir como balizador para as políticas de saúde. Nesse aspecto, com certeza, ele é fundamental.”

As principais doenças investigadas são as cardiovasculares e o diabetes. Para a coordenadora do estudo no Rio Grande do Sul, a professora titular do Departamento de Medicina Social da UFRGS e do Programa de Pós Graduação da Epidemiologia, Maria Inês Schmidt, um dos principais objetivos dos pesquisadores é identificar os fatores de risco. “Com o passar do tempo, vamos obtendo informações detalhadas, que permitirão relacionar aspectos da vida das pessoas

com o desenvolvimento das doenças. Conseguiremos identificar fatores que podem

estar associados ao desenvolvimento do diabetes e das doenças cardiovasculares, informações essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção e controle dessas doenças”. Até agora, praticamente todos os dados utilizados vêm de pesquisas realizadas no exterior. O ELSA é o primeiro estudo longitudinal para avaliar essas doenças aqui no Brasil.

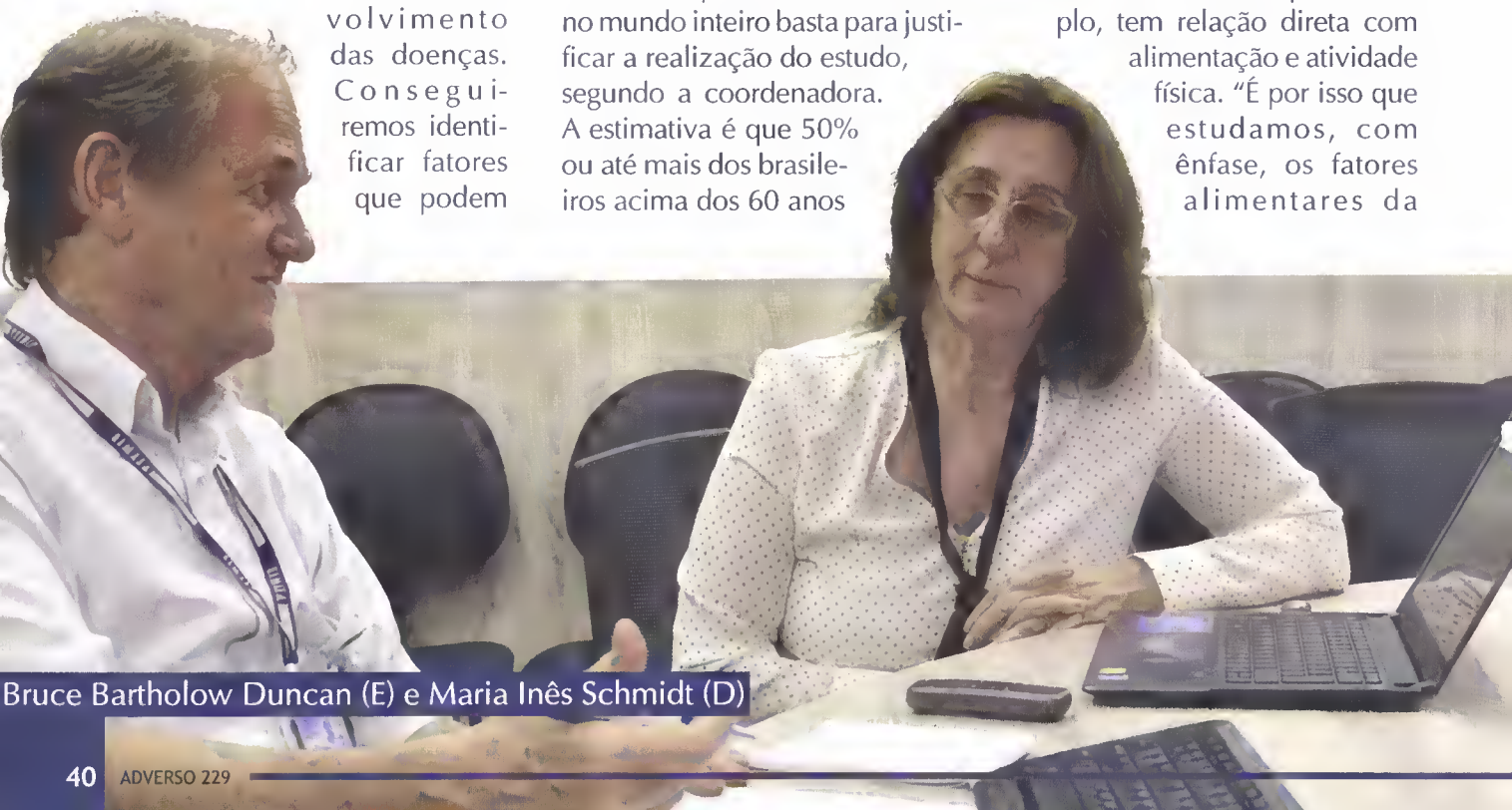
Oppermann destaca a qualidade do acompanhamento dado aos voluntários da pesquisa. “É uma grande oportunidade para o indivíduo ter informação de qualidade sobre o seu estado de saúde, os seus riscos e sobre as possibilidades que ele tem de melhorar a qualidade de vida ao longo do tempo. Sou muito agradecido ao ELSA por ter me acolhido. Sinto-me um privilegiado por fazer parte do projeto. Esse tipo de trabalho é de um valor inestimável para o indivíduo”, reconhece o reitor.

O aumento impressionante do número de pessoas com diabetes no mundo inteiro basta para justificar a realização do estudo, segundo a coordenadora. A estimativa é que 50% ou até mais dos brasileiros acima dos 60 anos

terão diabetes. Hoje, a doença já atinge 30% da população nesta faixa etária. “Não haverá espaço nos serviços de saúde para todas essas pessoas, e muito menos medicamentos e formas de tratar as suas complicações”, alerta a professora. A única alternativa, segundo ela, “é parar de produzir a doença”.

Maria Inês relata que o diabetes já é uma preocupação em âmbito mundial. Em 2011, a ONU fez uma reunião de alto nível para debater o assunto. Outro encontro, com o mesmo tema, está previsto para 2018. “O aumento do diabetes e de todas as doenças crônicas chegará a um ponto que irá afetar o próprio desenvolvimento dos países. As pessoas estarão doentes e será muito caro tratá-las. É um problema bem sério!”, adverte a professora, justificando a importância do trabalho de prevenção.

O estudo do ELSA está mais focado no desenvolvimento das doenças e em como é possível evitá-las. O diabetes, por exemplo, tem relação direta com alimentação e atividade física. “É por isso que estudamos, com ênfase, os fatores alimentares da



Bruce Bartholow Duncan (E) e Maria Inês Schmidt (D)

população, que estão errados. Precisamos produzir mais saúde. Essa é a tônica do ELSA. Por isso, o nome do estudo. Estamos monitorando a saúde das pessoas e como promover essa saúde ainda mais”, explica Maria Inês.

Professor titular do Departamento de Medicina Social da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação da Epidemiologia, Bruce Bartholow Duncan, que também é vice-coordenador do ELSA-RS e coordenador do Centro de Dados da pesquisa, que mantém arquivadas todas as informações obtidas na investigação, a fim de facilitar a análise de dados e promover a padronização de estratégias analíticas. Duncan defende que a solução para os problemas de saúde não é mais remédios, mas o afastamento de fatores de risco, entre outras medidas. “Existem várias investigações dietéticas, por exemplo, que mostram que há alimentos que trazem menos ou mais risco de desenvolvimento do diabetes. Do mesmo jeito que a pesquisa de remédios leva a saúde da população para frente, nós, vendo o que causa o adoecimento, podemos salientar riscos e orientar estratégias de vida, que ajudam a minimizar risco de desenvolver doenças. Esse é o nosso foco”, explica o professor.

Oppermann analisa a importância do ELSA para a sociedade com dois olhares. O primeiro, acadêmico, como produção científica. Para ele, tanto a professora Maria Inês quanto o professor Duncan e todos os que estão envolvidos no ELSA são pesquisadores de grande qualidade e renome e produzem uma evidência científica absoluta-



“O aumento do diabetes e de todas as doenças crônicas chegará a um ponto que irá afetar o próprio desenvolvimento dos países. As pessoas estarão doentes e será muito caro tratá-las. É um problema bem sério!”

Maria Inês Schmidt

mente importante, reconhecida nacional e internacionalmente. Toda essa produção acaba redundando em uma projeção do nome da UFRGS no cenário nacional e internacional. Aliás, do ponto de vista acadêmico, a área da saúde é uma das que mais produz resultados e publicações científicas na Universidade. O segundo olhar, na análise do reitor, é o da qualidade de vida. “Por ser um levantamento epidemiológico de tal importância, o ELSA é um orgulho”, que também servirá para orientar a comunidade acadêmica sobre fatores de risco que precisam ser controlados.

Por outro lado, Oppermann acredita que a universidade poderá realizar campanhas de prevenção e conscientização do adulto sobre doenças como o diabetes, principalmente o diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares e os riscos de acidentes vasculares. “Recentemente, participei de um passeio ciclístico promovido pelo ELSA, atividade que pode ser realizada

outras vezes, porque aproxima o ELSA, o Hospital de Clínicas e a Universidade na promoção da saúde do nosso servidor e da população de Porto Alegre.”

Financiado pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos e Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, o ELSA não é um projeto barato. Ele envolve um grande número de voluntários e a cobertura de um grande número de exames, alguns bastante sofisticados. A preocupação dos coordenadores e voluntários, hoje, é com a política de forte contingenciamento que o governo federal vem realizando na execução do orçamento destinado à pesquisa. “Eu vejo o ELSA como uma das atividades mais meritórias que a universidade faz e está engajada. Espero que o corte de verbas não atinja o Estudo e faço, realmente, votos que esse governo tenha, ao menos, sensibilidade para entender que a saúde pública depende da pesquisa. Que pesquisa não é gasto, é investimento. E que investir em saúde é investir em qualidade de vida. Não tem coisa melhor que um governo possa fazer pelo seu povo”, afirma o reitor.

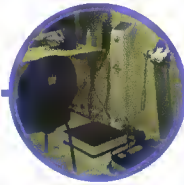
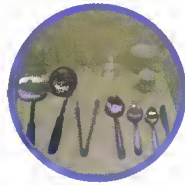
Segundo os coordenadores do projeto, a investigação também tem como meta a qualificação de profissionais em epidemiologia de doenças crônicas e o fortalecimento da pesquisa científica nesse campo temático. Ultrapassando os limites nacionais, também pretende se tornar referência para populações de outros países com característica semelhante à brasileira.

Surgimento do ELSA

A coordenadora Inês Schmidt conta que “o projeto ELSA surgiu de uma reunião de pesquisadores, que avaliaram ter chegado o momento de realizar um estudo aqui no Brasil. Tínhamos uma massa crítica e o problema das doenças crônicas não transmissíveis já era reconhecido como

sendo um problema de saúde pública”. No século passado, explica, “ainda se acreditava que eram doenças de ricos e dos países ricos. Hoje, sabemos que é o contrário. O problema maior está acontecendo, exatamente, com as pessoas mais pobres e nos países pobres”. O financiamento para o estudo foi resul-

tado de uma “feliz coincidência”, segundo a professora. “O Ministério da Saúde havia criado um Departamento de Ciência e Tecnologia, que estava interessado em financiar projetos como o ELSA. O edital foi publicado, concorremos, vencemos e recebemos o recurso em 2006”, relata.



Funcionamento do projeto

Em 2008, iniciou a coleta de dados nos seis estados que participam da pesquisa. A saúde de funcionários e docentes, com idade entre 35 e 74 anos, ativos ou aposentados, começou a ser investigada, com o objetivo de encontrar associações entre as doenças crônicas, principalmente as cardiovasculares e diabetes, e fatores biológicos, comportamentais, ambientais, ocupacionais e sociais, além de possíveis variações regionais relacionadas a estas enfermidades.

Nos Centros de Investigação do ELSA, os voluntários participam de entrevistas e exames com profissionais especializados. Os resultados das medidas e exames, considerados relevantes para uma avaliação clínica, são entregues aos voluntários, assim como esclarecimentos sobre todos os dados coletados.

O ELSA já realizou duas etapas do projeto: de 2008 a 2010 (Onda 1) e de 2012 a 2014 (Onda 2), além de acompanhar o

estado de saúde dos participantes, por meio de ligações telefônicas anuais. Entre 2008 e 2010, no estudo de linha de base (Onda 1) do ELSA-Brasil, foram feitos mais de 60 mil exames especializados nos seis Centros de Investigação. Dos 15.105 participantes, 100% realizaram eletrocardiograma, 93% ultrassom de carótida e 90% ultrassom do fígado. No total, foram 11.047 retinografias, 10.152 ecocardiogramas e mais de 40 mil ultrassons. As entrevistas enfocaram diferentes aspectos da história pregressa e da vida pessoal dos participantes, compondo um rico panorama que permitirá o estudo de determinantes da saúde.

A segunda etapa do ELSA-Brasil, chamada de Onda 2, teve início no segundo semestre de 2012, com a realização de entrevistas e exames, alguns inéditos em pesquisas de maior porte no Brasil, como a medida da força muscular e a bioimpedância,

procedimento que mede a composição de gordura e massa magra do corpo.

No ano passado, começou a terceira etapa de realização de exames e entrevistas (Onda 3). Os pesquisadores consideram que, nesta fase, o apoio e a continuidade dos participantes no estudo são fundamentais para a geração de conhecimentos inéditos sobre a saúde do adulto brasileiro. No final de 2017, os participantes foram convidados a retornar aos Centros, para a realização de entrevistas, sobre questões como hábitos alimentares, prática de atividade física e relação com o trabalho. Eles também serão submetidos a exames, como eletrocardiograma, retinografia, bioimpedância e coleta de sangue e urina, além de novos procedimentos clínicos, que incluem a medida da força muscular de membros inferiores e avaliação de desempenho físico.

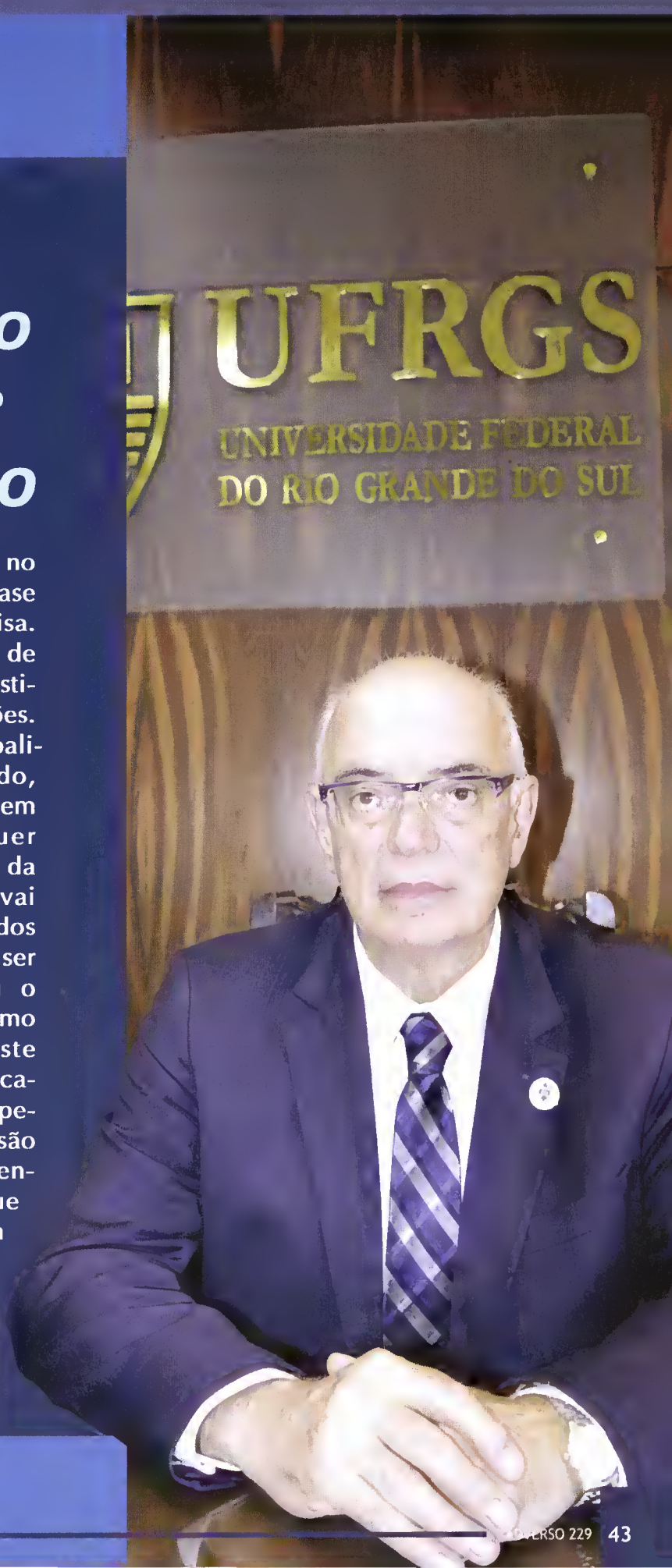
Depoimento:

Investir em educação não é prioridade deste governo

“O problema que hoje vivemos no Brasil é de uma política restritiva, quase demolidora, da ciência e da pesquisa. Eu lastimo muito ouvir a informação de que o ELSA poderá ter seus investimentos reduzidos, por várias razões. Primeiro, porque ele é um programa balizador da saúde pública. Segundo, porque é um programa que já está em andamento e, portanto, qualquer solução de continuidade ou redução da sua capacidade de investimento vai resultar em perda de qualidade dos resultados. As metas que poderiam ser alcançadas quando se iniciou o programa, serão prejudicadas. Como reitor, devo dizer que, para este governo, os investimentos em educação, principalmente em educação superior, em ciência e em pesquisa, não são prioridades e aí, realmente, enfrentamos grande risco de cortes, que possam impactar até mesmo um programa tão meritório quanto é o ELSA.”

Rui Vicente Oppermann

Reitor da UFRGS



A ECONOMIA QUE FUNCIONA



Ladislau Dowbor
Economista e professor da PUC-SP



Em economia sabemos o que funciona. Há interesses divergentes, sem dúvida, e cada grupo de interesses irá criar a teoria que lhe convém, mas o que funciona para o conjunto é claro. Tomemos por exemplo a crise de 1929 nos Estados Unidos. Crise profunda que afetou igualmente as finanças públicas, e se proclamava na época que todos precisariam fazer economias para enfrentar a 'fase difícil'. Roosevelt, a partir de 1933, inverteu a visão de conjunto: criou impostos duros sobre os mais ricos, emitiu moeda, generalizou o apoio aos milhares de municípios espalhados pelo país para fazerem investimentos e ampliarem políticas sociais. O inverso da austeridade.

O resultado foi que as pessoas na base da sociedade voltaram a ter uma vida mais digna, coisa de imensa importância para as famílias – e afinal das contas é para isso que queremos uma economia que funcione. O dinheiro que estava na mão dos mais ricos eles reservavam pois ninguém vai investir quando não há consumo nem perspectivas de lucro. Mas na base da sociedade não se faz aplicação financeira, se consome. E o consumo, ao ampliar a demanda, gera dinamização das empresas existentes, que voltam a produzir. E voltam também a empregar, o que aumenta ainda mais o consumo. Rapidamente, a base produtiva da economia, consumidores e produtores – contrariamente aos donos das grandes fortunas – volta a funcionar. O consumo gera impostos sobre o consumo, e a atividade

empresarial volta a pagar impostos sobre a produção. Ambos geram mais receita para o Estado, que cobre assim com sobras o que investiu na dinamização econômica. Pôs-se em marcha o círculo virtuoso em que consumo, produção e investimento público se sustentam um ao outro. A fórmula é essa.

Inflação? O governo emitiu moeda, concedeu empréstimos a juros baixos, isso não geraria inflação? Naturalmente não, pois as empresas produtoras e os comerciantes estavam com armazéns abarrotados de produtos não vendidos, e havia oferta de sobra para equilibrar a nova demanda. O essencial para nós é entender que é do funcionamento equilibrado do tripé – consumo, produção empresarial e investimento público (infraestruturas e políticas sociais) que resulta uma economia que se desenvolve. O desenvolvimento funciona quando a economia é orientada diretamente para o seu objetivo final, que é o bem-estar das famílias.

O bem-estar das famílias repousa em grande medida na renda monetária, no dinheiro que entra no bolso. Não que não seja essencial: abaixo de certo limite as famílias entram em desespero e temos situações que nenhuma sociedade civilizada deve tolerar, e acima de certo limite, caso dos bilionários por exemplo, como não há como consumirem o que ganham, a riqueza se transforma em poder político e rentismo financeiro, deformando todo o sistema. A extrema pobreza, como a extrema riqueza, são patológicas em termos econômicos,

sociais e políticos.

Mas o bem-estar das famílias repousa igualmente no chamado salário indireto, que é assegurado através do Estado. Para dar um exemplo, no Canadá os salários podem ser mais baixos do que nos Estados Unidos, mas o canadense tem acesso gratuito universal à saúde, educação, infraestruturas esportivas, piscinas públicas – ou seja, precisa gastar muito menos – pois o essencial que toda sociedade deve garantir a todos está assegurado, por meio do acesso ao consumo de bens e serviços coletivos.

Curiosamente, nos Estados Unidos o custo da saúde atinge em média 7400 dólares por pessoa e por ano, enquanto no Canadá é menos da metade. No Canadá se investe em saúde, em particular saneamento básico, controle de agrotóxicos, boa alimentação nas escolas e semelhantes, com forte foco em saúde preventiva, enquanto nos EUA se gasta essencialmente na indústria da doença, a saúde "out of pocket", paga diretamente do bolso do cliente. No Canadá tenta-se reduzir o número de doentes, nos EUA se busca aumentar o número de clientes. Gastando menos da metade, o Canadá tem níveis de saúde da população muito superiores. E o que não é secundário, há muito menos sofrimento, e muito menos angústia de se encontrar de repente sem recursos para assegurar o atendimento de um filho doente. O sentimento de paz também é um produto muito importante. Mas o essencial aqui é que fornecer serviços públicos universais é

simplesmente mais eficiente.

O New Deal norte-americano é um exemplo de pacto econômico e social que se tornou proveitoso para todos, inclusive para os ricos. Mas se tomarmos outro exemplo, o da Europa ocidental do pós-guerra, vimos funcionar basicamente o mesmo sistema, aqui chamado de Well-fare State, estado de bem-estar. Envolveu uma forte presença do Estado para reconstruir o que a guerra tinha destruído, e uma política generalizada de aumento dos salários à medida que aumentava a produtividade. E envolveu também a generalização do acesso gratuito e universal aos bens de consumo coletivo, como saúde, educação, cultura, segurança e semelhantes, o que se chama internacionalmente de investimentos sociais, e no Brasil curiosamente se chama de 'gastos'. O mesmo tripé família/empresa/Estado funcionou de maneira impressionante, gerando uma prosperidade que incluiu a massa da população. As empresas, ao terem uma massa maior de consumidores, tiveram obviamente como expandir a produção e o emprego, e o conjunto produzia os impostos e consequentemente receitas do Estado para cobrir os investimentos sociais e os investimentos em infraestruturas.

Muito interessante igualmente é o exemplo dos países nórdicos, a Finlândia, Suécia, Noruega, Dinamarca, Islândia, que foram de certa maneira pioneiros de um capitalismo que poderíamos chamar de capitalismo civilizado. Com fortes

organizações sociais, em particular a participação sindical, conseguiram equilibrar os interesses de maneira a assegurar a produtividade do conjunto. No seu excelente desenho de como funciona o modelo, Viking Economics, George Lakey mostra como o nível elevado de impostos e a forte regulação dos bancos permitiu que se assegurasse tanto os investimentos nas infraestruturas como as políticas sociais de acesso universal gratuito, o que por sua vez gerou economias de alta produtividade. Para as pessoas serem produtivas, é preciso investir nelas.

Com a crise de 2008, recusaram as políticas de austeridade, optando pelo efeito multiplicador das políticas sociais: "O gasto do governo em saúde e educação tem um elevado efeito multiplicador, e, portanto, ajuda a economia a se recuperar da quebra e ainda salva vidas." Em particular, buscaram não economizar os seus recursos financeiros por meio da 'austeridade' e sim torná-los produtivos: "A Dinamarca, Suécia e Noruega encontraram maior facilidade para se reequilibrar porque as suas democracias mais fortes asseguraram que os bancos sejam limpos, transparentes e confiáveis (accountable). Rejeitando a ideologia do livre mercado, haviam amplamente retornado ao que funciona."

As pessoas que não querem aceitar evidências buscam sempre desculpas. O caso dos EUA seria antigo, a Europa tem uma cultura diferente, os países nórdicos são pequenos e assim

por diante. E naturalmente nunca, mas nunca, aceitam que os anos 2003 a 2013, que o Banco Mundial chamou the 'Golden Decade', década dourada do Brasil, constitua um exemplo semelhante de bom senso. Vamos então a exemplos mais recentes e países maiores.

A China também é diferente, e dá certo. O equilíbrio que o país conseguiu construir entre as políticas públicas, o setor público empresarial, interesses empresariais privados e os grupos internacionais – é que em última instância assegurou o sucesso do conjunto. É uma arquitetura diferente de poder e de gestão, aparentemente muito mais equilibrada do que as nossas economias ditas "ocidentais". Arthur Kroeber faz no seu China's Economy prova de um bom senso impressionante: "Em qualquer país os verdadeiros inimigos na luta por uma prosperidade de base ampla não são os competidores internacionais, mas elites domésticas que batalham constantemente para preservar os seus próprios privilégios às custas de todos os outros. Inovação, educação, abertura, e uma Estado redistributivo constituem armas confiáveis nesta batalha."

Nessa lista poderíamos acrescentar a Coreia do Sul que aliou desenvolvimento e redistribuição, mas também o Japão do pós-guerra, e igualmente a Polônia que segundo o Economist foi o país que melhor enfrentou a crise. A Polônia, aliás, enfileirou nos últimos tempos 16 anos de crescimento de 4% ao ano, apoiando-se em

particular nos seus mais de 470 bancos cooperativos. Balcero-wicz, um economista conservador, comenta com bom humor que a Polônia foi salva da crise “pelo nosso atraso”. Não tinha privatizado o sistema financeiro, aliás presentemente invadido pelos grupos transnacionais.

Uma palavra sobre a Alemanha, que ajuda a entender a lógica do que funciona. A carga tributária do país é elevada, mais de 40% do PIB. Mas os recursos públicos são massivamente repassados para a base da sociedade, para os municípios, que é afinal onde moram as pessoas e se manifestam as diferentes necessidades. O sistema de acesso universal a bens públicos e gratuitos é fundamental, mas a

gestão se dá de maneira muito descentralizada. As cidades se veem amplamente regadas com recursos públicos, contrariamente ao Brasil onde os municípios têm poder de decisão sobre menos de 15% dos recursos. Isso se refere aos recursos públicos, à política orçamentária.

Mas há também as poupanças privadas. As famílias alemãs não colocam o seu dinheiro em bancos, e sim muito majoritariamente em caixas de poupança locais, chamadas de Sparrkas-sen. Isso permite que a imensa massa de poupança das famílias, em vez de fluir para sistemas especulativos através dos grandes bancos, sirva para financiar o desenvolvimento das próprias cidades onde se encon-

tram. Assim, juntando a descentralização dos recursos orçamentários e a apropriação e uso local das poupanças privadas gera-se uma grande produtividade dos recursos financeiros. O dinheiro, nos seus diversos subsistemas – dinheiro dos impostos, dinheiro das poupanças privadas, e a renda direta das pessoas – passa a servir ao que as pessoas precisam, gerando ao mesmo tempo dinâmica econômica e equilíbrio social. E em termos políticos, assegura que haja uma coincidência entre a democracia política e a democracia econômica: as comunidades alemãs são donas do seu dinheiro.

Não se diga o absurdo de que não sabemos o que funciona. O



que funciona são políticas que se preocupam em responder às necessidades concretas das famílias. E diretamente, não através de misteriosas construções economicistas de que aumentar o dinheiro dos mais ricos é bom, pois eles vão investir, e, portanto, gerar empregos, e que em consequência dar dinheiro aos ricos é bom para os pobres. O que é bom para os pobres, e para o conjunto da sociedade, é dar dinheiro – sob as diversas formas – para os pobres.

No nosso caso, o país ia bem obrigado, até 2013. Um sistema que funcionou bem durante 10 anos, gerando mais de 20 milhões de empregos formais, aumentando a expectativa de vida da população (entre 1991 e 2012) em 10 anos – o brasileiro tem 10 anos de vida a mais para se queixar de como era ruim – 16 milhões de pessoas passaram a ter acesso à eletricidade, a população universitária mais que dobrou, a frequência de jovens na escola média quase quadruplicou, o fundamental completo entre os 20% mais pobres passou de 11% para 37% (ainda uma tragédia) e assim por diante. Esses 10 anos não constituem vôo de galinha, funcionaram porque faz sentido, e pela mesma razão o modelo funcionou ou funciona em tantos outros países. Mas os ricos tendem a achar que o que funciona é o que funciona para os ricos, e tragicamente muitos pobres concordam. Do alto das suas fortunas é que gerariam generosamente o bem-estar dos pobres, com certo atraso, naturalmente. Inclusive criaram um

conceito científico muito estudado entre economistas: *trickling-down*, gotejamento.

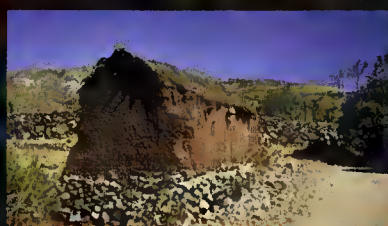
As palavras têm poder mágico. *Trockling down* seria bom para os pobres, pois as gotas vão para baixo. Aliás evasão fiscal, mecanismo pelo qual o rico pode ter seu filho estudando de graça na USP com o imposto dos outros é chamado nos bancos de ‘otimização fiscal’. A transformação das políticas sociais necessárias para a sociedade em juros pagos aos banqueiros é definida como política de ‘austeridade’, nome que dá uma impressão de severa, mas necessária seriedade. A rapina de bens públicos por grupos privados faria parte de uma política de ‘desestatização’, tirando um peso dos nossos ombros, quase um favor. A transferência de recursos públicos para bancos, nos Estados Unidos e na Europa, se chamou de ‘quantitative easing’, sendo que *easing* traz a simpática conotação de quem desperta o cinto depois de uma boa refeição. Os grandes grupos não desviam dinheiro, enfrentam ‘problemas de liquidez’. As palavras são mágicas.

Como se travou o que ia bem no Brasil? Simplesmente, o sistema financeiro, como ocorreu em outros países, aprendeu a se apropriar por meio de agiotagem dos recursos que iam sendo gerados na base da sociedade. Faça as contas: em 2015 o governo transferiu para os bancos e outros atravessadores financeiros 500 bilhões de reais, equivalentes a 8,5% do PIB, recursos que deveriam ter

servido para financiar infraestruturas e políticas sociais. Era dinheiro dos nossos impostos. Isso referente à dívida pública. Os juros sobre pessoas físicas e pessoas jurídicas renderam aos intermediários 15% do PIB.

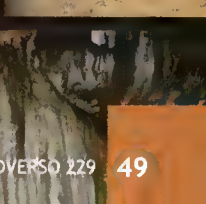
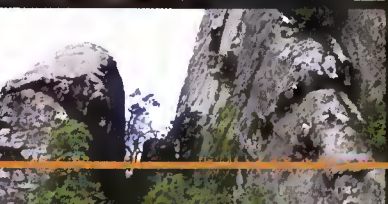
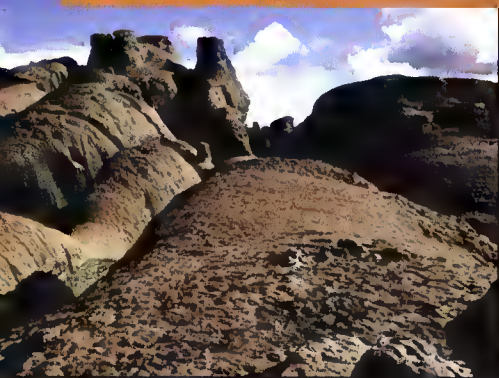
O mecanismo: muito simples, com apenas 5 bancos dominando o mercado, passaram a cobrar ao mês as taxas de juros que se cobra ao ano no resto do mundo. Hoje, todos conhecemos na pele o que é juro sobre juro. Estão ‘negativados’ (popularmente chamados com ‘nome sujo na praça’) 61 milhões de adultos. A capacidade de compra foi transformada em juros. É a mais nova e poderosa forma de exploração. E quando as famílias não compram, as empresas entram em crise e desempregam. Hoje, as empresas funcionam com apenas 67% da capacidade. Com a queda do consumo e da produção reduzem-se as receitas do Estado, e consequentemente as políticas sociais e investimentos públicos. Mas não, naturalmente, os juros pagos aos bancos. Este é exatamente o sistema que não funciona, e que já não funciona, no Brasil, desde o início de 2014. Estamos entrando em 2018 e ainda não consertaram? Pelo contrário, geraram a recessão. Hoje, temos um banqueiro no Banco Central e outro banqueiro no Ministério da Fazenda. Nos EUA, Trump nomeou o presidente (licenciado) do Goldman Sachs como chefe da sua equipe econômica. Just business. ■

Parque Torotoro



TOROTORO: ONDE A EMOÇÃO NÃO SE ACABA

Por Daiani Cerezer
Fotos: Rualdo Menegat



Um local em que a cultura humana ainda se encontra num estágio primitivo, onde é possível enxergar formas de ocupação da terra muito ancestrais, que nos remetem para 500 anos atrás ou até mais. O Parque Nacional Torotoro, na Bolívia, é considerado um livro geológico a céu aberto, “um museu da história da Terra e da vida com formas paisagísticas impressionantes, compostas por coleções de fósseis, verdadeiras maravilhas da fossilização do mar andino”, nas palavras do professor do Departamento de Paleontologia e Estratigrafia do Instituto de Geociências da UFRGS, Rualdo Menegat, geólogo, mestre em Geociências e doutor na área de Ecologia de Paisagem. O parque está localizado na cidade de Potosí, a segunda cidade mais alta do mundo, origem da metade da prata que circulava pelo mundo, no século XVII.

Em uma área de 16 mil hectares, encontram-se mais de três mil peças de oito espécies de dinossauros, visíveis em várias camadas de, pelo menos, 10 formações geológicas. Torotoro é um dos mais complexos geoparques do mundo, composto por um conjunto de elementos geológicos, geomorfológicos, espelhológicos, geopaisagísticos e, também, florísticos, faunísticos e antropológicos, arqueológicos e culturais, no sentido de que comunidades remanescentes ainda vivem ali. Por conta dessa grande diversidade, estudiosos brasileiros buscam transformar Torotoro no primeiro Geo-

parque andino, reunindo, como nenhum outro, os monumentos da história da Terra, da vida e da cultura da região.

Depois do intenso trabalho de campo, em junho de 2016 e março de 2017, o professor Rualdo Menegat não hesita em concluir que se trata do maior museu de pegadas dos chamados lagartos gigantes a céu aberto, na região conhecida como terra dos dinossauros. São mais de oito andares sedimentados, que registram, também, uma das maiores sucessões históricas e paleoecológicas de pegadas de dinossauros conhecida no registro paleontológico mundial. As marcas dos dinossauros podem ser observadas em muitos aspectos, tamanhos e composições.

Integrado por cinco pesquisadores da UFRGS, o grupo brasileiro realizou uma expedição de 18 dias, resultado de um convênio internacional entre a UFRGS e a Universidad Mayor de San Simon, de Cochabamba, na Bolívia. O projeto também tem parceria com a Fundacion Emegece, Governo Autônomo de Torotoro, Governo Autônomo de Potosí, Ministério de Cultura, Ministério de Turismo e Senado do estado Plurinacional de Bolívia.

Na Bolívia, havia representantes de todas as instituições parceiras, além de guias do parque, interessados em uma formação técnica especializada em geologia, arqueologia, biologia, ecologia, ciências sociais, história e outros atributos que caracterizam o desenvolvi-

mento sustentável. O grupo de pesquisadores, por sua vez, reconheceu conceitos básicos de teoria em Cartografia, além de aprender a obter coordenadas com GPS (e até mesmo com aplicativo de celular), e trabalhar com um programa de Sistema de Informações Geográficas (SIG) e com o QGIS, que é um software livre.

O que o trabalho detalhado do professor Menegat observou é que os animais gigantes, que alcançavam até 30 toneladas, também fizeram várias deformações nas camadas sedimentares inferiores, devido aos pequenos “terremotos” que produziam ao caminhar. “Tudo isso foi possível porque os dinossauros caminhavam na costa de um antigo mar raso de águas quentes, contornado por recifes de corais e abundante paleofauna de gastrópodes, amonitas e tapetes de estromatólitos, entre outros. Todos os sedimentos e bioacumulações se transformaram em rochas calcárias”, explica o professor.

Por diversas vezes, pode-se observar que o nível do mar subiu e baixou, de acordo com as grandes variações climáticas do Cretácico, que ocorreram na costa oeste do Pangea, o antigo continente que começava a desmoronar. Nesta época, o solo do que hoje é Torotoro foi um mar interior raso, comprido e estreito, que adentrava pelo norte a partir da atual Colômbia e avançava até o sul, entre as jovens elevações andinas e o planalto brasileiro.

Igualmente incrível, segundo

o professor da UFRGS, é que quando o continente gigante de Pangea se afastou, para formar os continentes atuais, a costa da América do Sul diminuiu quase 500 quilômetros, dobrando o leito deste longo mar cretácico. Em Torotoro, devido a um particular contexto geotectônico, teve lugar uma grande dobra chamada de sinclinal, que nada mais é do que uma gigantesca canaleta de 45 quilômetros de comprimento por 9,5 quilômetros de largura, cujos flancos laterais são constituídos pelas rochas calcárias dos antigos leitos marinhos.

A composição diversificada da sucessão de camadas dobradas em sinclinal de Torotoro proporcionou, com os processos de erosão ao longo do tempo, a formação de uma espetacular geomorfologia chamada de “q’asa”. Trata-se de uma fila de montanhas com forma de gigantescos dentes triangulares, produzidos pela dissolução das camadas calcárias em posição quase vertical. Uma dessas formas individualizadas costuma ser chamada pelos geólogos de “hogback”. Porém, de acordo com o trabalho de investigação de campo dos pesquisadores, esta nova formação geomorfológica tem características muito singulares e poderia ser nomeada em seu conjunto de “q’asa”, em home-

nagem à cultura local.

Além da beleza dos monumentos da história geológica e da vida, em Torotoro estão registrados os esforços da ocupação humana e desenvolvimento do conhecimento andino datados de muito tempo. As pinturas rupestres, os vestígios arqueológicos e as formas de uso da terra compõem o quadro da evolução da particular inteligência andina, que fez de Torotoro um berço dessa cultura, capaz de domesticar os inóspitos Andes Orientais.

O professor Rualdo Menegat começou a desenvolver o projeto em conjunto com outros docentes e fundações da Bolívia. “Isso nos permite desenvolver uma terceira via para nossa profissão, além da exploração dos minérios e do petróleo, que são, digamos, as duas grandes áreas clássicas da geologia. Agora, também podemos defender e proteger o patrimônio geológico paleontológico, espelhomorfológico, geomorfológico e, com isso, por meio da geopaisagem, ajudar a promover a cultura da terra e a sustentabilidade das comunidades”, revela.

Outro aspecto destacado por Menegat é que “esse projeto se insere na ideia da UFRGS ser capaz de buscar novas fronteiras da ciência, do exercício profissional do geólogo. E que a gente

possa desenvolver métodos, técnicas, equipamentos, museus a céu aberto, que é isso que é um geoparque. E que, por meio do geoparque, as comunidades locais possam receber turistas interessados nesse temário, em uma paisagem exuberante, onde, então, podem ocorrer as trocas em relação a essa cultura e a essa consciência”, diz o professor.

Menegat destaca que “esse é apenas o terceiro projeto que professores da Geologia da UFRGS fazem nos Andes”. A razão, segundo ele, é a dificuldade de acesso, “porque é longe e a logística da pesquisa nas montanhas é muito difícil”. Em Torotoro, porém, os pesquisadores “descobriram uma maneira de não só desenvolver a comunidade local com base na geopaisagem, no turismo, na identidade com a terra, mas também de desenvolvermos a nossa capacidade tecnológica associada ao mundo andino. Então, vamos poder realizar vários projetos de pesquisa, ajudando a eles e, ao mesmo tempo, a nós, tendo acesso a esse difícil mundo andino. Não é fácil chegar lá, é sempre inóspito. No inverno, a secura é tanta, que os lábios e a pele racham. Os Andes abrem uma janela para a nossa capacidade tecnológica, científica e cultural”, afirma Menegat.

O magnífico sinclinal de Torotoro, onde as laterais são os leitos do mar andino Cretácico dobrados como canaleta.

Torotoro será um grande geoparque

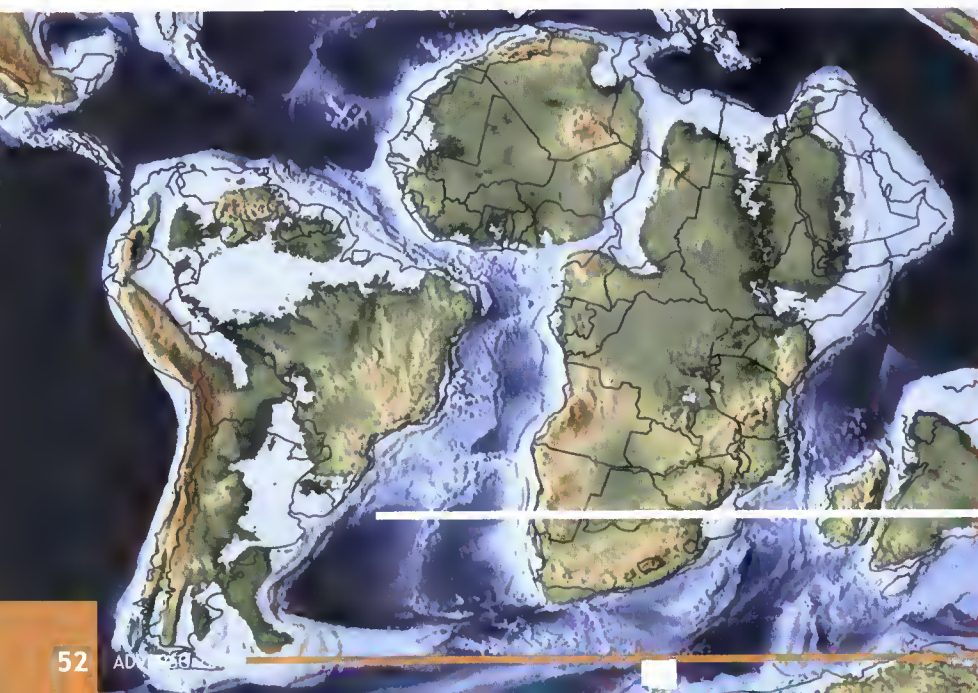
A UNESCO, desde a década passada, instituiu um programa mundial de formar uma rede de geoparques no mundo, que sejam declarados patrimônios da humanidade, o que se equivale à categoria de patrimônio cultural ou, também, de reservas da biosfera na categoria de biodiversidade. “Na categoria da geodiversidade, os geoparques seriam o maior nível de reconhecimento de um patrimônio inequívoco da geodiversidade, onde podemos ter o registro mais intenso, mais impressionante da história da terra e da vida e, no caso andino, eu digo, e da gente andina”, explica o coordenador do projeto.

Os geoparques, como instrumento de patrimônio geológico, são um programa que a UNESCO desenvolveu para reconhecer regiões importantes do planeta. Menegat se mostrou impressionado com a sinergia social boliviana, no sentido de entender que esse é um

momento de afirmação da identidade, da cultura e da paisagem locais. “Brasil e Bolívia estão animados com esse processo, porque ele representa a ciência e a cultura ajudando a aproximar povos vizinhos. Povos que têm muitas dificuldades de se olhar, principalmente nós, brasileiros, que costumamos não olhar muito para a Bolívia, que é um país de maravilhas.” Emocionado “com o conjunto de elementos geopaisagísticos, culturais e vivenciais”, que experimentou na execução do projeto, Menegat sintetiza seu sentimento em um desafio: “Se eu tivesse que inventar uma maquete geológica em que pudesse trazer uma centena de exemplos para os alunos, eu teria inventado Torotoro. É muita geodiversidade, um campo de estudos muito amplo.”

Para Menegat, “é muito significativo conservar o geopatrimônio, como a UNESCO propõe, com todo o nosso arsenal cientí-

fico e tecnológico, proporcionando as instituições oferecer alternativas para os descendentes de Torotoro, para que os jovens encontrem uma alternativa para amar sua terra e querer conservar as suas raízes. Pensamos que o geoparque possa ser um processo social em que os jovens de Torotoro tenham aderência à magnífica terra onde eles moram e, com isso, possam ter alternativas de desenvolvimento econômico e social sustentável, que eles percebam esse momento da vida deles como não só estar garantindo pra si uma maneira de sustentação da cultura e de si mesmos, mas também para seus descendentes”. Para a nossa completa felicidade, reconhece o docente, “já fizemos vários cursos para os jovens e a comunidade de Torotoro, e eles se mostram muito interessados na busca de suas raízes. Por meio da geologia, eles estão conseguindo entender a cultura de seus ancestrais”.



O mar raso Cretácico era um braço do Proto-Mar de Caribe e se localizava até onde hoje é parte da Bolívia.

O geoparque UNESCO é um selo de reconhecimento, que só é concedido após uma avaliação muito aprimorada de cientistas internacionais, que vão averiguar se o geopatrimônio do lugar possui as características para se tornar um patrimônio mundial. No momento, está sendo feito o levantamento da geodiversidade do lugar, mas, mesmo antes de estar concluída esta etapa, o professor da UFRGS acredita que "Torotoro cumpre todos os critérios para ser um dos mais interessantes geoparques do mundo".

O pesquisador Anderson Ribeiro de Figueiredo conta que esteve em Torotoro pela primeira vez e voltou encantado com a região e com o povo andino. Já conhecia o Peru, onde desenvolveu sua dissertação sobre adaptação às mudanças climáticas e criou uma admiração profunda pelos povos andinos. "Os torotoreños têm uma cultura muito rica, um capital cultural inestimável", afirma. "Em Torotoro, há singularidades que não existem em outros lugares. De Yambata até Pucara, existem belezas da gente e da terra, que se unem em uma paisagem cultural que exprime a inteligência andina, que foi - e ainda é - desenvolvida para que seja possível habitar os Andes, uma arte ancestral para se viver bem." Por sua vez, Torotoro Geoparque Andino "é um lugar cheio de geodiversidade, biodiversidade, ancestralidade e, também, cheio de memórias, que estão gravadas nas camadas geológicas, como nas pegadas de dinossauros e fósseis, e também estão gravadas nos toro-

toreños, como nas mulheres, que são incríveis na sua arte com tecidos artesanais, com uma gastronomia riquíssima e com seus conhecimentos milenares, que instigam e inspiram", relata Anderson.

Para o pesquisador, a III Missão de Projetação de Torotoro Geoparque Andino foi uma experiência inesquecível, um momento muito importante em sua vida como geógrafo, mas também como pessoa, como humanista. Além da tarefa importante de participar, junto com a equipe brasileira e contribuir com o trabalho de campo, foi essencial a capacitação de um grupo de torotoreños na temática da Cartografia Participativa, ou seja, ensinar a elaborar mapas em equipe, onde todos têm a possibilidade de contribuir com seus conhecimentos.

Sérgio Francisco Leon Dias, graduando em Geologia que está trabalhando com a estratigrafia de Torotoro, conta que "a Bolívia me marcou profundamente porque quando tocamos os pés na pequena cidade de Torotoro, repleta de casas de adobe, respiramos um ar puramente andino, e a altitude de 3000 metros pesa no pulmão como se ficassemos sem o que falar diante de tanta beleza natural. O povo é acolhedor e nutre boas amizades quando passei por lá, seja aprendendo um pouquinho de quéchua com a Dueña Euzébia, uma senhora que fazia as nossas jantas com pratos locais, ou conversando de futebol com o Thomas Calama, um dos guardas do parque." Para ele, o processo

para que Torotoro se converta em geoparque está bem avançado. "Existe um grande interesse social e político para que se ganhe o selo UNESCO. Recentemente, o presidente Evo Morales, em um pronunciamento oficial da nova logomarca turística da Bolívia, mencionou o patrimônio geológico de Torotoro. Há uma grande colaboração com diversas representações oficiais do governo e da comunidade torotoreña ao longo do projeto, é um processo muito democrático e verdadeiro que representa muito bem o sentido de Geoparque", destacou.

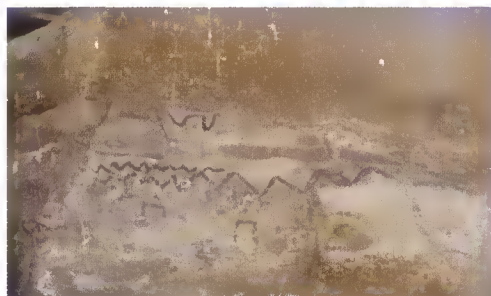
A professora Lídia Lelarge, coordenadora do Laboratório de Termocronologia do Laboratório de Geologia Isotópica da UFRGS destaca o que os Andes representam para os geólogos. "É o registro de eventos passados incrivelmente conservados no nosso imaginário, em oposição ao que ocorre no Rio Grande do Sul, onde o tempo e os processos erosivos deixaram poucos vestígios. Em Torotoro, esta visão dos Andes é muito mais acentuada. Além de vislumbrar o conjunto dos processos ocorridos ao longo das eras geológicas, podemos observar o surgimento da vida e sua extinção em massa. Também podemos identificar as marcas de eventos vulcânicos e tectônicos, os pretéritos e os atuais, a modelagem do relevo, e podemos identificar os diferentes estágios das ações intempéricas mais recentes, que desenham feições geomorfológicas únicas." Torotoro, na

opinião de Lídia, “é como um livro aberto da história da Terra. Mas é muito mais do que geologia. Os seres humanos, que ocuparam este espaço, tinham uma relação muito íntima com a natureza, assim como os que vivem lá, hoje. A comunidade atual, com sua cultura e seus costumes, tem uma relação sustentável com o ambiente, pois busca o seu sustento e o seu desenvolvimento respeitando os limites da natureza”.

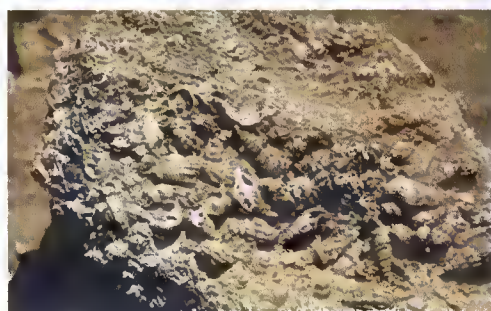
O papel de Lídia Lelarge no projeto Geoparque sustentável de Torotoro é produzir os dados analíticos exigidos pela UNESCO: informações acerca das idades geológicas, condições ambientais do passado, composições isotópicas das rochas, temperaturas de mares pretéritos, entre outros. Para isso, a equipe tem à disposição “o incrível” parque analítico do Centro de Estudos em Petrologia e Geoquímica do Instituto de

Geociências da UFRGS, que conta com o laboratório de geologia isotópica com microscopia eletrônica, laboratório de termocronologia, laboratório de microanálises com microsonda eletrônica, difração de Raios X e fluorescência de Raios X, laboratório de preparação de materiais etc. “Enfim, a UFRGS possui o conjunto de facilidades analíticas que permitirão quantificar os processos geológicos observados em Torotoro”.

A dissolução de camadas calcárias do lado oeste do sinclinal de Torotoro forma uma fila de morros com formas de dentes, uma morfologia que costuma ser chamada de q'asa, como os torotorinhos falam.



Pintura rupestre na parede de arenito. O traço em ziguezague parece representar a fila de morros com forma de dentes (q'asa), uma identidade geomorfológica de Torotoro conhecida há muito tempo.



Carapaça de gastrópodes, evidência da vida marinha nas camadas calcárias do sinclinal de Torotoro.

A reforma da
previdência
é ruim para
**TUDO
MUNDO**

o resto é

**PROPAGANDA
ENGANOSA**

www.adufrgs.org.br



ADufrgs
sindical



ADufrgs
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação